



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.º 001/2026

O **MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estarão abertas, para fins de contratação no exercício de 2026, as inscrições relativas ao **CHAMAMENTO PÚBLICO – CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM**, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.567, de 25 de novembro de 2016, e em conformidade com os artigos 79 e 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais normas legais e regulamentares aplicáveis, observadas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

DEFINIÇÃO

O credenciamento na nova lei (Lei nº 14.133/2021) funciona como um chamamento público para formar um cadastro de prestadores de serviços ou fornecedores que atendam a requisitos definidos pela Administração Pública. A seleção é feita de forma direta, sem um processo de licitação competitivo, e os credenciados são convidados a contratar quando surgir a demanda, sendo ideal para casos de contratações paralelas e não excludentes, seleção a critério de terceiros e em mercados fluidos.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. São abrangidas as seguintes categorias profissionais:

- I- Médico(a) Clínico(a) Geral;
- II- Médico(a) Anestesiologista;
- III- Médico(a) Ginecologista e Obstetra;
- IV- Enfermeiro(a);
- V- Fisioterapeuta;
- VI- Cirurgião(ã)-dentista;
- VII- Técnico(a) em saúde bucal;
- VIII- Técnico(a) de Enfermagem.

1.3. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.878, de 2024.

1.4. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

2.1. O Edital e seus anexos estarão disponíveis para download nos seguintes canais oficiais:

I- Portal da Transparência Municipal: <https://benjaminconstant.am.gov.br/> ;

II- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): <https://pncp.gov.br/> ;

III- Dúvidas e Esclarecimentos no e-mail: cmcp.pmbc@gmail.com ou pelo telefone: (097) 98463-6663.

3. DO LOCAL, FORMA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

3.1. O presente credenciamento permanecerá aberto durante toda a vigência deste Edital, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados.

3.2. Os documentos para credenciamento deverão ser protocolados na:

Sede: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, Rua Frei Ludovico, N.º 750 – Coimbra - sala da Comissão Municipal de Contratações Públicas - CEP: 69.630-000 - Benjamin Constant/AM.

Horário: das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, em dias úteis

3.3. Paralelamente, o Edital permanecerá disponível no sítio eletrônico oficial do Município, assegurando amplo acesso e a possibilidade de ingresso de novos interessados a qualquer tempo.

I- A documentação apresentada será protocolada e analisada pela Comissão Municipal de Contratações Públicas, que verificará a regularidade e a conformidade com as exigências deste Edital.

Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM
Rua Frei Ludovico, N.º 750 – Coimbra
CEP: 69.630-000 - Benjamin Constant/AM



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

II- A análise da documentação de credenciamento será concluída no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal da Comissão.

III- O resultado da análise será divulgado nos meios oficiais de comunicação do Município e no sítio eletrônico oficial, garantindo-se aos interessados o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

IV- O deferimento do credenciamento gera mera expectativa de contratação, ficando a convocação dos credenciados condicionada às necessidades da Administração.

V- A convocação das credenciadas para execução dos serviços observará EXCLUSIVAMENTE a ORDEM CRONOLÓGICA DE CREDENCIAMENTO, considerada a data de deferimento da habilitação, nos termos do item 9 deste Edital, vedada qualquer forma de ranqueamento, pontuação, escolha discricionária ou preferência técnica entre credenciadas.

VI- Novos interessados poderão requerer credenciamento a qualquer tempo durante a vigência deste Edital, desde que atendam às condições estabelecidas.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

4.1. A documentação exigida para fins de credenciamento deverá ser apresentada em envelope único, devidamente lacrado, contendo todos os documentos de habilitação e demais exigências previstas neste Edital.

4.2. O envelope deverá estar externamente identificado, de forma clara e legível, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I- Razão social do interessado;

II- CNPJ;

III- Endereço completo;

IV- Telefone e e-mail para contato;

V- Indicação: “DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026”.

4.3. Não serão aceitos documentos apresentados fora do envelope, em desacordo com as exigências deste Edital, ou em envelopes abertos, violados ou sem identificação adequada.

4.4. A apresentação da documentação implica na plena aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não cabendo ao interessado alegar desconhecimento de quaisquer de suas cláusulas.

4.5. É de inteira responsabilidade do interessado a veracidade, autenticidade e validade dos documentos apresentados, respondendo civil, administrativa e penalmente por eventuais irregularidades.

5. DA VIGÊNCIA DO EDITAL, DO CREDENCIAMENTO E DOS CONTRATOS

5.1. O presente Edital de Chamamento Público para Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, no interesse da Administração, mediante justificativa formal, nos termos do artigo 79 e demais dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2. A prorrogação, alteração ou revogação deste Edital dependerá de ato formal da autoridade competente, devidamente motivado, com publicação pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do edital, garantindo-se a transparência e a publicidade do procedimento.

5.3. Os contratos decorrentes do presente credenciamento terão vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados sucessivamente, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, quando caracterizada a natureza de serviço contínuo e demonstrada a vantagem para a Administração.

5.4. A Administração poderá, a qualquer tempo, por razões de interesse público, conveniência administrativa ou superveniência de norma legal, revogar ou anular o presente Edital ou os contratos dele decorrentes, mediante decisão devidamente motivada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

5.5. Na hipótese de revogação do Edital ou rescisão dos contratos, a CREDENCIANTE compromete-se a comunicar o(s) CREDENCIADO(s) com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo nos casos de urgência devidamente justificados ou por determinação legal.

6. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor máximo estimado para as contratações decorrentes do presente credenciamento é de R\$ 23.004.652,00 (vinte e três milhões, quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), para o exercício de 2026, constituindo mera estimativa para fins de planejamento orçamentário, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração.

6.2. O referido valor foi apurado com base em estudos técnicos preliminares, levantamento de demanda, histórico de contratações anteriores e parâmetros de mercado, podendo ser ajustado conforme a efetiva necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



6.3. As contratações decorrentes do presente credenciamento ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante convocação dos credenciados, observada a dotação orçamentária vigente e a ordem de convocação estabelecida neste Edital. A execução ocorrerá sob demanda, não havendo garantia de volume mínimo de contratação para qualquer credenciado.

7. CRONOGRAMA E PRAZOS DO CREDENCIAMENTO

| EVENTO | PRAZOS/REGRA APLICÁVEL |
|--|---|
| Publicação do Edital | 05/02/2026 |
| Disponibilização permanente do Edital no sítio eletrônico oficial | A partir de 06/02/2026 e durante toda a vigência do credenciamento, garantindo acesso contínuo aos interessados (art. 79, parágrafo único, Lei 14.133/21) |
| Período para solicitação de credenciamento | Contínuo e aberto durante toda a vigência do Edital, permitindo o ingresso de novos interessados a qualquer tempo |
| Prazo para impugnação do Edital | Qualquer interessado poderá impugnar o Edital a qualquer tempo durante sua vigência. Quando a impugnação puder impactar pedido já protocolado, deverá ser apresentada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da respectiva análise |
| Análise da documentação e decisão quanto ao credenciamento | Até 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo de cada pedido, prorrogável por igual período mediante justificativa formal da Comissão |
| Prazo para interposição de recurso contra decisão de inabilitação ou indeferimento do credenciamento | 03 (três) dias úteis, contados da publicação ou ciência da decisão |
| Prazo para julgamento do recurso pela autoridade competente | Até 10 (dez) dias úteis após a conclusão da instrução do recurso |
| Convocação para assinatura do Termo de Credenciamento e/ou Contrato | Conforme necessidade da Administração, observando-se a ordem cronológica de credenciamento e a capacidade operacional declarada, nos termos do art. 79, III, da Lei 14.133/21 |
| Prazo para assinatura do Termo de Credenciamento e/ou Contrato | Até 05 (cinco) dias úteis após a convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração |

8. SERVIÇOS A SEREM CREDENCIADOS

8.1. Serão credenciadas pessoas jurídicas para a prestação de serviços de disponibilização de profissionais da área da saúde, visando ao atendimento das demandas da rede municipal de saúde do Município de Benjamin Constant/AM, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e demais normas aplicáveis.

8.2. Os serviços a serem credenciados compreendem, dentre outros previstos neste Edital e em seus anexos, a atuação de profissionais para atendimento nas seguintes áreas e unidades:

I- Serviços hospitalares;

II- Atendimento ambulatorial;

III- Serviços de urgência e emergência;

IV- Atenção básica e atenção primária à saúde;

V- Serviços especializados, conforme a necessidade da Administração.

8.3. A relação detalhada das categorias profissionais, quantitativos estimados, cargas horárias, locais de prestação dos serviços e valores de referência encontra-se descrita no Termo de Referência e demais anexos deste Edital, que dele fazem parte integrante e indissociável.

8.4. A efetiva contratação dos serviços e a convocação dos credenciados ocorrerão de acordo com a necessidade da Administração, disponibilidade orçamentária e planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, não gerando o credenciamento direito subjetivo à contratação.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A execução dos serviços objeto do presente credenciamento caberá exclusivamente ao CREDENCIADO CONTRATADO, que deverá prestá-los de forma contínua, eficiente, segura e tecnicamente adequada, em estrita observância às normas do Sistema Único de Saúde – SUS, às diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde, às disposições deste Edital, do contrato e da legislação vigente.

9.2. O CREDENCIADO é integralmente responsável pela qualidade técnica dos serviços prestados, respondendo civil, administrativa e penalmente por atos de imperícia, imprudência ou negligência, bem como por eventuais danos causados à Administração, a terceiros ou aos usuários do serviço, nos termos da legislação aplicável.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.3. O CREDENCIADO deverá manter, durante toda a execução contratual, profissionais legalmente habilitados, regularmente inscritos nos respectivos Conselhos de Classe, e em quantitativo compatível com as demandas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.4. A execução dos serviços ocorrerá nas dependências das unidades de saúde do Município, conforme escalas, locais, cargas horárias e orientações definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser ajustados de acordo com a necessidade da Administração e o interesse público.

9.5. Nos atendimentos que envolvam urgência, emergência ou risco de agravamento do estado clínico do paciente, os profissionais disponibilizados pelo CREDENCIADO deverão estar devidamente habilitados e aptos à atuação imediata, observando os protocolos clínicos, normas sanitárias e diretrizes do SUS.

9.6. Compete à Administração disponibilizar a estrutura física, equipamentos, materiais e insumos necessários à execução dos serviços nas unidades de saúde, não sendo exigido do CREDENCIADO estabelecimento de saúde próprio para a prestação dos atendimentos.

9.7. É vedado ao CREDENCIADO subcontratar total ou parcialmente o objeto do contrato, bem como ceder ou transferir a execução dos serviços.

9.8. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão exercidos por fiscal(is) designado(s) e pelo gestor do contrato, nos termos dos arts. 117 e 119 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade integral do CREDENCIADO.

10. DA CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÕES – ORDEM CRONOLÓGICA

10.1. A convocação das pessoas jurídicas credenciadas para a execução dos plantões observará exclusivamente a ordem cronológica de credenciamento, considerada a data de deferimento da habilitação, no âmbito de cada especialidade e unidade de atendimento demandante.

10.2. Capacidade Operacional Declarada

10.2.1. Cada credenciada deverá informar, no ato do credenciamento, sua capacidade operacional máxima mensal de plantões, compatível com o número de profissionais disponibilizados e a carga horária ofertada, a qual será analisada e validada pela Administração.

10.3. Limite Máximo de Execução

10.3.1. A capacidade operacional validada constituirá limite máximo mensal de plantões, não gerando direito à contratação da totalidade da demanda existente.

10.4. Forma de Distribuição

10.4.1. A distribuição observará:

I- Especialidade exigida

II- Unidade de atendimento

III- Capacidade operacional mensal validada

10.5. Exaurimento da Capacidade

10.5.1. Ao atingir o limite mensal, será convocada a próxima credenciada na ordem cronológica.

10.6. Evitação de Concentração Excessiva

10.6.1. Mesmo que a primeira possua capacidade total, a Administração poderá distribuir parte dos plantões às demais, mediante justificativa formal, para:

I- Continuidade assistencial

II- Redução de riscos

III- Manutenção de pluralidade de prestadores

10.7. Situações de Exceção

10.7.1. A concentração total só ocorrerá quando:

I- Houver apenas uma apta

II- As demais não tiverem disponibilidade

III- Houver justificativa técnica formal

10.8. Transparência

10.8.1. Todas as convocações serão registradas em processo administrativo próprio.

11. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

11.1. Não poderão participar do presente credenciamento, direta ou indiretamente, os interessados que se enquadrem em qualquer das hipóteses de impedimento previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente em seu artigo 14, bem como na legislação correlata e nas normas municipais aplicáveis.

11.2. Estarão impedidos de participar do presente credenciamento os interessados que:

I- estejam impedidos, suspensos ou declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera, nos termos da legislação vigente;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

II- não possuam representação legal no Brasil, no caso de empresa estrangeira, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

III- estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, ressalvada a participação de empresas em recuperação judicial, desde que comprovem viabilidade econômica e atendam às exigências legais, conforme entendimento consolidado dos Tribunais de Contas;

IV- tenham, em seus quadros societários ou como dirigentes, servidor público ou dirigente do órgão ou entidade contratante, bem como agente público responsável pela condução do processo de credenciamento, em afronta ao disposto no artigo 14, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

V- se enquadrem nas hipóteses de conflito de interesses, nos termos da legislação vigente;

VI- se encontrem sob qualquer outra forma de vedação legal que impeça a contratação com a Administração Pública.

11.3. Aplica-se integralmente ao presente credenciamento o disposto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições do Decreto Municipal nº 067, de 13 de março de 2024, no que couber.

11.4. A constatação, a qualquer tempo, de situação que caracterize impedimento ou vedação à participação implicará no indeferimento do credenciamento, descredenciamento ou rescisão contratual, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento das obrigações assumidas pela CREDENCIADA, quando da execução dos contratos decorrentes deste credenciamento, sujeitará a infratora às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

12.2. São sanções administrativas passíveis de aplicação, garantida a prévia defesa:

I- advertência;

II- multa;

III- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a obrigação de indenizar a Administração pelos prejuízos eventualmente causados, nem impede a adoção das demais medidas legais cabíveis.

12.4. O cancelamento do credenciamento poderá ocorrer quando ficar comprovado que a CREDENCIADA deixou de atender às condições exigidas para o credenciamento, descumpriu obrigações legais ou contratuais, ou praticou irregularidades que comprometam a execução do objeto, mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. As sanções previstas neste Edital serão aplicadas pela autoridade competente, na forma da legislação vigente.

13. DO CREDENCIAMENTO

13.1. Os interessados em se credenciar deverão apresentar o requerimento de credenciamento e os documentos exigidos, a partir da publicação deste edital, diretamente na sede da Comissão Municipal de Contratações Públicas, localizado na Rua Frei Ludovico, nº 750, Bairro Coimbra, Benjamin Constant/AM, no horário das 08h00 às 17h00.

13.2. As documentações deverão ser entregues em envelope lacrado, contendo os documentos de habilitação e demais exigências previstas no Edital de Credenciamento, devidamente identificados.

13.3. Para fins de organização das convocações, será observada a ordem cronológica de credenciamento por especialidade e unidade de atendimento, registrada em ata própria, constituindo critério objetivo e impessoal de distribuição das demandas.

13.4. O participante deverá apresentar toda documentação referente à regularidade jurídica, à regularidade fiscal, social e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, necessária, na forma disposta neste Edital.

13.5. A inscrição do interessado para o credenciamento, mediante apresentação de requerimento de inscrição, implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no Edital.

13.6. Para fins de credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação, em cópia simples legível:

13.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

I. Documentação pessoal dos sócios;

II. Cartão de CNPJ;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

III. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de sociedade por ações, apresentar também documento de eleição de seus administradores. Registro Comercial em se tratando de empresa individual;

13.6.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I. Prova de Regularidade com a Fazenda Nacional;

II. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A certidão negativa junto ao INSS encontra-se englobada pela Certidão de Regularidade Junto a Dívida Ativa da União. Ademais, as empresas poderão apresentar a Certidão Positiva com Efeito Negativo;

III. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

IV. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;

V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/11;

13.6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.6.3.1. Para fins de habilitação no credenciamento, a interessada deverá comprovar qualificação técnica e capacidade operacional compatíveis com o objeto, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. Capacidade Técnica da Empresa

Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, que comprove(m) a boa e regular execução de serviços compatíveis com o objeto deste Edital e do Termo de Referência, especialmente relacionados à disponibilização, gestão ou alocação de profissionais da área da saúde, em condições semelhantes de quantidade e complexidade.

a) Os atestados deverão demonstrar que a empresa possui experiência suficiente para atender às demandas operacionais, inclusive quanto à reposição de profissionais, cobertura de escalas e atendimento contínuo.

b) A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, nos termos deste Edital, implicará a inabilitação da interessada.

II. Capacidade Operacional e Gestão de Equipe

Declaração formal da empresa de que possui capacidade operacional para disponibilizar profissionais de saúde em quantidade suficiente para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive para cobertura de afastamentos, férias, licenças e demandas excepcionais, nos termos do Termo de Referência (ANEXO VI).

III. Declaração de Equipe Técnica

Declaração da empresa informando que manterá, durante toda a execução contratual, equipe profissional com habilitação compatível com as atividades previstas, responsabilizando-se pela gestão funcional dos profissionais disponibilizados, incluindo substituições imediatas sempre que necessário, conforme exigências operacionais do Município (ANEXO IV).

IV. Conformidade Profissional e Regulatória

Declaração de que todos os profissionais a serem disponibilizados possuirão registro ativo no respectivo conselho de classe, habilitação compatível com a função exercida e conduta ética regular, comprometendo-se a impedir a atuação de profissionais suspensos, impedidos ou com pendências éticas graves, conforme previsto no Termo de Referência (ANEXO VII).

V. Requerimento de Credenciamento

Requerimento de credenciamento devidamente preenchido e assinado, conforme modelo constante do ANEXO II.

13.6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

13.6.4.1. Para comprovação da qualificação econômico-financeira, será exigido:

I. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, em validade.

II. No caso de recuperação judicial ou extrajudicial, comprovação de homologação do plano, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

III. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais já encerrados, apresentados na forma da legislação vigente, devendo:

a) estar registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza jurídica da licitante, ou apresentado por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, quando obrigatório;

b) estar assinado por profissional legalmente habilitado na forma da legislação contábil;

c) estar acompanhado dos termos de abertura e encerramento do livro diário.

IV. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) exercícios sociais deverão apresentar as demonstrações contábeis relativas ao(s) exercício(s) já encerrado(s).



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

V. Na hipótese de a empresa ter sido constituída no próprio exercício da licitação, deverá apresentar o balanço de abertura ou documento contábil equivalente, na forma da legislação vigente.

VI. Empresas regidas pela Lei 6.404/76 (Sociedade Anônima – S.A.):

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em jornal de grande circulação; ou

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

13.6.4.2. A boa situação financeira será comprovada por meio dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), sendo exigido resultado igual ou superior a 1,0 (um):

I. Liquidez Geral (LG):

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

II. Solvência Geral (SG):

$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante});$ e

III. Liquidez Corrente (LC):

$LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

a) Caso algum índice seja inferior a 1,0, será admitida a comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b) A exigência dos índices financeiros visa comprovar a capacidade da licitante de assumir as obrigações decorrentes da contratação, sendo considerada razoável, proporcional e compatível com o objeto, nos termos da legislação vigente.

13.6.4.3. 12.3. Empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Balanço Patrimonial Simplificado, elaborado conforme a ITG 1000.

13.6.4.4. 12.4. Caso o licitante seja cooperativo, deverá comprovar o envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social dos 02 (dois) últimos exercícios sociais ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei 5.764, de 1971. Tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil- financeira, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.6.5. OUTROS DOCUMENTOS/DECLARAÇÕES

I. Será obrigatório que o licitante emita, sob pena de inabilitação, de forma conjunta as seguintes declarações (Anexo III):

a) Da Declaração de cumprimento dos requisitos da habilitação.

b) De regularidade com o ministério do trabalho;

c) De inexistência de fato impeditivo;

d) De que não possui vínculo com a administração;

e) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e veracidade;

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá recurso contra a decisão que deferir ou indeferir o pedido de credenciamento, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação do resultado da análise da documentação, devendo ser protocolado no mesmo local indicado para entrega dos documentos de habilitação.

14.2. Não serão aceitos recursos interpostos por correio eletrônico, meio magnético, fax ou qualquer outro meio não previsto neste Edital.

Parágrafo Único: São competentes para o julgamento dos recursos a Comissão Municipal de Contratações Públicas, a Secretaria Municipal de Saúde e a Procuradoria Jurídica do Município, conforme a matéria, devendo a decisão final ser proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.3. A convocação dos credenciados para contratação ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, observando estritamente a ordem cronológica de credenciamento e a capacidade operacional mensal validada, nos termos do item 10 deste Edital.

14.4. Durante toda a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter a regularidade de todos os requisitos de habilitação e das condições que ensejaram o seu credenciamento, devendo apresentar documentação atualizada sempre que solicitada pela Administração.

14.5. O descumprimento injustificado do quantitativo de plantões assumidos em contrato ou das obrigações contratuais poderá ensejar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções, inclusive o descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.6. A empresa credenciada poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante requerimento formal à Secretaria Municipal de Saúde, que analisará o pedido no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo do cumprimento de obrigações contratuais já assumidas.

14.7. O pedido de descredenciamento não desobriga a credenciada do cumprimento de obrigações pendentes decorrentes de contratos já firmados, podendo a Administração adotar as medidas necessárias para evitar a descontinuidade do serviço público.

14.8. A empresa credenciada que se considerar impedida ou impossibilitada de atender à demanda para a qual tenha sido convocada deverá apresentar justificativa formal, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados do recebimento da convocação.

§ 1º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde avaliar os motivos apresentados e decidir pela aceitação ou não da justificativa.

§ 2º Caso a justificativa não seja aceita, poderá a Secretaria Municipal de Saúde:

I. autorizar a convocação do próximo credenciado, sem prejuízo da apuração de eventual descumprimento contratual;

II. determinar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções, inclusive suspensão temporária de novas convocações ou descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15. DA ADJUDICAÇÃO

15.1. Decorrido o Prazo Recursal ou após o julgamento dos recursos interpostos, o Prefeito Municipal homologará a decisão quanto ao pedido de credenciamento.

15.2. Só poderão ser credenciadas as pessoas jurídicas que cumprirem todas as exigências contidas neste Edital.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. Somente serão contratadas as pessoas Jurídicas que estiverem devidamente credenciadas perante a Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant/AM.

16.2. A contratação dar-se-á de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, as metas planejadas e programadas, a disponibilidade econômica e orçamentária.

16.3. Ficam os inscritos cientes que as quantidades expressas no Anexo – I, fazem referências ao teto máximo, não estando a Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant obrigada, de nenhuma forma, a contratá-los na sua totalidade ou em parte. Possíveis aditivos serão dispostos nos instrumentos contratuais específicos, respeitando-se fielmente os limites da Lei Federal nº. 14.133/2021.

16.4. Os (As) proponentes credenciados(as) que estiverem dentro do quadro de vagas serão convocados(as) a assinar o Termo de Credenciamento constante da minuta do Anexo IX, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, sob pena de decair do direito à futura contratação e de descredenciamento, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo, a critério da Administração.

16.5. O proponente deverá manter, durante todo o prazo de validade do credenciamento, todas as condições de habilitação exigidas.

16.6. A execução dos serviços será autorizada pelo gestor municipal conforme a necessidade da rede de saúde, observadas obrigatoriamente as regras de convocação previstas no item 10 deste Edital, vedada a escolha discricionária de credenciados.

16.7. Na hipótese de o credenciado não atender a convocação para a prestação dos serviços, no prazo e nas condições estabelecidas, a Secretaria Municipal de Saúde poderá redistribuir as vagas entre os credenciados remanescentes, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

16.8. A soma dos valores de todo o serviço executado, de todos os credenciados deverá observar o limite orçamentário estabelecido.

17. SÃO OBRIGAÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO

17.1. Conforme Decreto Municipal nº. 067 de 13 de março de 2024 e Lei 14.133/2021 são atribuições dos gestores de contratos:

17.2. Acompanhar, gerenciar e controlar o processo de gestão contratual desde a formalização até o encerramento do contrato;

17.3. Fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto;

17.4. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

17.5. Coordenar a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro

Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM

Rua Frei Ludovico, N.º 750 – Coimbra

CEP: 69.630-000 - Benjamin Constant/AM



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais e coordenar os atos preparatórios ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes, rescisões contratuais, bem como o recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

17.6. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

17.7. Elaborar o relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

18. DO CREDENCIANTE

18.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta de credenciamento no que diz respeito à natureza e quantidade de serviços;

18.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

18.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

18.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no termo de contrato ou no instrumento que o substitua;

18.5. Planejar, coordenar, acompanhar, monitorar, orientar e avaliar a execução da oferta de procedimentos às instituições credenciadas;

18.6. Realizar, a qualquer tempo, sozinho ou com o apoio de empresas ou órgãos de consultoria, auditoria e afins, procedimentos de supervisão da execução dos serviços prestados pelos entes credenciados e contratados;

18.7. Informar por escrito ao setor responsável sobre ocorrências que possam ter implicação na execução financeira;

18.8. Expedir normas complementares para execução das ações;

18.9. Garantir a Realização de visitas técnicas, fiscalizações e auditorias pelo componente de auditoria municipal para acompanhamento e monitoramento, por órgão do ente federado à qual o programa em análise esteja vinculado, com o objetivo de identificar e avaliar a capacidade física e operacional e a qualidade das ações e dos serviços prestados;

18.10. Fiscalizar e fazer cumprir integralmente a carga horária contratada;

19. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS

19.1. Garantia da integridade física dos pacientes durante os procedimentos, protegendo-os de situações de risco;

19.2. Igualdade de tratamento sem quaisquer discriminações;

19.3. Garantir o cumprimento das metas de qualidade gerais e específicas desde a admissão até o acompanhamento no pós-realização do atendimento;

19.4. Obedecer aos protocolos clínicos recomendados pela Sociedade Brasileira correlata para a correta prestação dos serviços, bem como conforme protocolos de regulação adotados pelo Serviço de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant;

19.5. O Credenciado, independente da personalidade jurídica, se obriga a fornecer à Secretaria Municipal de Saúde todas as informações necessárias ao faturamento/informações dos procedimentos realizados, junto ao Ministério da Saúde – Secretaria de Saúde do Estado, devendo para tanto utilizar os formulários e instrumentos padronizados pelo Ministério da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant, que deverão ser entregue até o 3º terceiro dia útil do mês subsequente à Prestação de Serviços;

19.6. Todas as ações e serviços obtidos através deste credenciamento sofrerão controle e avaliação por parte da Secretaria Municipal de Saúde e de outras autarquias, bem como poderão sofrer auditorias internas pelo componente da auditoria municipal e externas, sejam elas durante o curso do contrato ou até mesmo após a consecução do mesmo, estando o CREDENCIADO obrigado a fornecer os documentos e informações solicitados à aferição da efetividade e qualidade, nos limites da legislação vigente. Fica ainda o CREDENCIADO obrigado a assumir o ônus decorrente da inexecução, desvios de finalidade ou prestação de serviço realizada de forma comprovadamente insatisfatória ou inadequada. Em todas as medidas administrativas e judiciais será assegurado o amplo direito ao contraditório.

19.7. Na execução da assistência é vedado qualquer tipo de pesquisa, ensaio clínico ou tratamento experimental, devendo ainda o prestador de serviço guardar estrito respeito à ética, moralidade, humanidade e respeito pela dignidade humana;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

19.8. É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como, sem o assentimento da Secretaria Municipal de Saúde, a fusão, cisão ou incorporação da contratada, a subcontratação parcial do objeto ou a associação da contratada com outrem, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros;

19.9. Cumprir integralmente a carga horária contratada, não sendo possível a realização de justa de outra natureza, mesmo que as metas de produção sejam compensadas.

19.10. Participar das comissões hospitalares, reuniões e ou outras convocações pela direção do hospital, tais como: Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH; Núcleo de Segurança do Paciente – NSP; Comissão de Revisão de Prontuários – CRP; Comissão de Ética Médica – CEM (por eleição via CRM/BA); Comissão de Revisão de Óbitos – CRO; Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT; Comissão de Terapia Nutricional – CTN; Comissão de Terapia Nutricional – CTN; Comitê Transfusional – CT; Grupo de Trabalho de Humanização – GTH; NIR- Núcleo Interno de Regulação; NHE- Núcleo Hospitalar de Epidemiologia;

19.11. Respeitar resolução CFM 1638/2002 que define prontuário médico sua obrigatoriedade do preenchimento de todos os formulários e obrigatoriedade da participação da comissão da revisão de prontuário na unidade hospital de saúde. Manter sempre atualizado os prontuários dos pacientes, apresentando os de forma legível e completa, conforme Tipo de Prontuário da Instituição: escrito ou Eletrônico, e nesse caso tudo deve ser inserido no sistema informatizado da instituição (pareceres, prescrições, evoluções, solicitação de pareceres de outras especialidades, solicitação de exames, resultados de exames e outros), fornecendo também as informações ao Serviço de Arquivo de Prontuários do Hospital e as solicitações das Comissões Hospitalares, devendo constar sempre no Prontuário o resumo de alta: detalhamento do procedimento cirúrgico realizado, descrição da antibioticoterapia utilizada, descrição das intercorrências durante a internação ou procedimento;

19.12. Seguir e fazer cumprir os protocolos de prevenção de infecções, precaução de contato, higienização das mãos, vigilância e não permitir utilização de roupas privativas fora dos locais aos quais são destinadas (exemplo: roupas privativas do centro cirúrgico);

19.13. Efetuar a Notificação de Doenças Compulsórias conforme listagem prevista na Portaria Ministério da Saúde No. 1271 de 06 de junho de 2014;

19.14. Fornecer ao paciente e/ou acompanhante toda e qualquer documentação solicitada para fins de continuação de tratamento, Previdência Social, Ministério Público, Procuradoria Estaduais e Federais, Ministério do Trabalho e outros órgãos do Judiciário ou de Controles;

20. DO DESCREDECENCIAMENTO

20.1. O descredenciamento dos prestadores de serviços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá ocorrer quando:

20.2. Comprovado fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa do prestador de serviço, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas e ajustadas no instrumento contratual;

20.3. O prestador de serviços que deixar de apresentar as atualizações dos documentos solicitados;

20.4. O prestador de serviço que deixar, sem motivo justificado, previamente informado, de prestar os serviços contratados, ou deixar de informar a produção de serviços de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant;

20.5. O prestador de serviço que deixar de prestar a assistência técnica prevista nesta Instrução;

20.6. O prestador de serviço deixar de atender os usuários de forma adequada e satisfatório, bem como o que suspender o atendimento sem prévio aviso, devendo este ser feito por escrito e em lapso temporal razoável. Exceção será feita apenas para os motivos relacionados a catástrofes e comprovada comoção popular;

20.7. O Prestador de serviços que cobrar taxas adicionais aos valores já contratados por este instrumento;

20.8. A realização de ato ou de condutas lesivas à moral e aos bons costumes, bem como consideradas antiéticas, que provoque comoção popular, ou que venha a atentar contra algum preceito ou norma determinada pela Contratante. Em todo caso será garantido o contraditório e o direito à ampla defesa.

21. DOS VALORES

21.1. Quaisquer impostos e/ou taxas incidentes sobre a prestação de serviço, serão de inteira responsabilidade do credenciado contratado, correndo às suas expensas o respectivo pagamento, não cabendo à CONTRATANTE nenhum tipo de despesa/custo adicional.

21.2. Fica esclarecido que o valor inicial do contrato é estimado e poderá ser acrescentado ou diminuído de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant – Secretaria Municipal de Saúde, sendo estabelecido um teto máximo por empresa credenciada.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

22.1. O pagamento devido à empresa contratada será efetuado conforme as normas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM, tendo como base o quantitativo de plantões efetivamente executados, independentemente da unidade de atuação. Nas Unidades de Atenção Básica, o pagamento será calculado de acordo com os plantões de 8 (oito) horas realizados e comprovados mediante registro de frequência validado pelo responsável da unidade e por servidor designado pela Administração, não sendo este o Ordenador de Despesas. No Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus, o pagamento será efetuado conforme os plantões de 12 (doze) horas executados, desde que atestados pelo responsável da unidade hospitalar e por servidor designado. O valor repassado à contratada corresponderá exclusivamente à quantidade de serviços prestados no período.

22.2. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM, acompanhada dos seguintes documentos válidos:

- a) Requerimento de solicitação do pagamento;
- b) Ordem de serviços;
- c) Certidão Unificada da Fazenda Nacional (PGFN/RFB), conforme Portaria MF nº 358/2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- d) Certidão de Regularidade com o FGTS (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidões de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Tribunal de Justiça da sede da empresa.

h) Relatório de execução;

22.3. A Nota Fiscal/Fatura somente será atestada após verificação da efetiva prestação dos serviços, com base em:

- I. escala previamente publicada;
- II. folha de frequência assinada;
- III. confirmação da direção da unidade de saúde;

22.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ausência de documentação ou qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso até a completa regularização, sem gerar ônus adicional à Administração.

22.5. O prazo para pagamento contará a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente regularizada e atestada.

22.6. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária diretamente na conta corrente de titularidade da empresa contratada.

22.7. É vedado o pagamento à contratada que esteja irregular perante:

- I. Previdência Social;
- II. FGTS;
- III. Justiça do Trabalho;
- IV. Fazenda Pública;

22.8. A contratada deverá sanar eventuais falhas ou inconsistências apontadas pela fiscalização, estando sujeita à reapresentação dos documentos e nova verificação.

22.9. A Administração poderá compensar débitos da contratada relativos a multas contratuais ou administrativas mediante descontos nos pagamentos devidos.

22.10. Somente serão pagos serviços comprovadamente realizados. Fica vedado:

- a) pagamento por estimativa;
- b) pagamento por disponibilidade;
- c) pagamento por escalas não executadas;
- d) pagamento por plantões parcialmente cumpridos.

22.11. O pagamento terá como base:

- a) o valor unitário do plantão de 8 (oito) horas para os serviços prestados nas Unidades de Atenção Básica;
- b) o valor unitário do plantão de 12 (doze) horas para os serviços prestados no Hospital Municipal.

22.12. A Administração poderá glosar parcial ou totalmente plantões quando houver:

- I. ausência injustificada;
- II. atraso superior à tolerância prevista;
- III. falta de assinatura da frequência;
- IV. descumprimento da escala;
- V. substituição não autorizada.

22.13. As glosas serão aplicadas diretamente sobre o valor devido no mês da ocorrência, mediante relatório da fiscalização.





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

24.8. A credenciada contratada se compromete a cumprir as determinações contidas neste Edital, assim como nos anexos, que são partes integrantes deste.

24.9. As Notas Fiscais deverão ser extraídas de acordo com os dados abaixo:

I-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENJAMIN CONSTANT, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Praça do Congresso, S/N, Bairro: Centro, Benjamin Constant/AM, inscrita no CNPJ sob nº. 12.507.101/0001-32.

24.10. Os serviços contratados a partir do presente Edital serão regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e Decreto Municipal nº 067 de 13 de março de 2024. Os casos Omissos ao Edital serão dirimidos em primeira instância pela Comissão Especial de Credenciamento de Serviços de Saúde e em segunda pela Gestora da Secretaria Municipal de Saúde, após ouvido a Procuradoria Jurídica.

24.11. O ente credenciado poderá ou não ser contratado, respeitados o interesse público, a necessidade do serviço e disponibilidade orçamentária, não causando tal aspecto nenhum prejuízo ao credenciante.

24.12. Poderá ser apostilado o contrato vigente para inclusão de dotação orçamentária e vinculação ao presente credenciamento, de profissionais ou empresas que já estejam prestando serviços ao Município de Benjamin Constant, e que tenham se habilitado neste certame, respeitado a legislação vigente e o devido processo legal.

24.13. A inscrição neste processo implica aceitação tácita das condições aqui presentes.

Benjamin Constant/AM, 04 de fevereiro de 2026.

JOSIVANE REIS NOGUEIRA
Secretária Municipal de Saúde

O documento assinado encontra-se fisicamente na Comissão Municipal de Contratações Públicas.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 4.460-A/2025.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a “**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM**”.

1.2. A contratação será realizada por meio de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, que admite este procedimento quando houver a necessidade de contratar múltiplos prestadores de serviços ou fornecedores que preencham condições previamente definidas em edital, assegurando à Administração a ampliação da rede de atendimento e a escolha conforme a demanda, sem exclusividade.

1.3. DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DOS QUANTITATIVOS PRETENDIDOS PARA O SERVIÇO DO OBJETO (REFERENCIAMENTO):

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--|--|---------|------------|-------------------|------------------|
| 1 | Técnico em Enfermagem diurno (Hospital) | plantão | 2640 | R\$ 536,67 | R\$ 1.416.800,00 |
| 2 | Técnico em Enfermagem noturno (Hospital) | plantão | 4440 | R\$ 553,33 | R\$ 2.456.800,00 |
| 3 | Enfermeiro diurno (Hospital) | plantão | 1680 | R\$ 659,33 | R\$ 1.107.680,00 |
| 4 | Enfermeiro noturno (Hospital) | plantão | 1560 | R\$ 693,00 | R\$ 1.081.080,00 |
| 5 | Médico Clínico Geral (Hospital) | plantão | 1440 | R\$ 2.683,67 | R\$ 3.864.480,00 |
| 6 | Médico Anestesiologista (Hospital) | plantão | 360 | R\$ 3.911,00 | R\$ 1.407.960,00 |
| 7 | Médico Ginecologista e Obstetra (Hospital) | plantão | 720 | R\$ 3.575,33 | R\$ 2.574.240,00 |
| 8 | Enfermeiro diurno (Atenção Básica) | plantão | 3240 | R\$ 659,33 | R\$ 2.136.240,00 |
| 9 | Médico Clínico Geral (Atenção Básica) | plantão | 1560 | R\$ 2.681,67 | R\$ 4.183.400,00 |
| 10 | Fisioterapeuta (Atenção Básica) | plantão | 156 | R\$ 659,33 | R\$ 102.856,00 |
| 11 | Fonoaudiólogo (Atenção Básica) | plantão | 156 | R\$ 659,33 | R\$ 102.856,00 |
| 12 | Cirurgião Dentista (Atenção Básica) | plantão | 156 | R\$ 665,00 | R\$ 103.740,00 |
| 13 | Técnico em enfermagem (Atenção Básica) | plantão | 4440 | R\$ 536,67 | R\$ 2.382.800,00 |
| 14 | Técnico em saúde bucal (Atenção Básica) | plantão | 156 | R\$ 536,67 | R\$ 83.720,00 |
| VALOR GLOBAL | | | | R\$ 23.004.652,00 | |
| vinte e três milhões e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais | | | | | |

1.4. Os quantitativos acima representam estimativa anual de plantões, elaborada para fins de planejamento orçamentário, não constituindo obrigação de contratação mínima, por se tratar de serviço contínuo executado sob demanda.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de empresa especializada para a disponibilização de profissionais da área da saúde mostra-se medida indispensável para garantir a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços assistenciais prestados pelo Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus e pelas Unidades de Atenção Básica de Benjamin Constant/AM. A rede municipal de saúde demanda organização rigorosa das escalas de trabalho, reposição imediata de profissionais, cobertura integral dos plantões e capacidade de resposta rápida às variações de demanda que ocorrem ao longo do ano, especialmente em períodos de maior incidência de atendimentos hospitalares, campanhas de saúde pública ou situações emergenciais.

2.2. A atuação de empresa especializada permite ao Município contar com suporte técnico e operacional qualificado, assegurando organização, padronização e maior controle sobre as equipes disponibilizadas. Isso inclui substituições rápidas em caso de afastamentos, licenças, férias ou necessidades extraordinárias, evitando riscos de descontinuidade dos serviços essenciais e garantindo que todas as unidades funcionem com sua capacidade plena. Além disso, o gerenciamento profissionalizado contribui diretamente para o cumprimento das metas assistenciais, a redução do tempo de espera, a melhoria da qualidade do cuidado e a segurança dos pacientes.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.3. O Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus, sendo a principal referência de atendimento para a população de Benjamin Constant, desempenha ainda papel estratégico na assistência à saúde do município vizinho de Atalaia do Norte/AM, que, devido às limitações estruturais de sua rede local, frequentemente necessita encaminhar pacientes para atendimento, estabilização ou apoio hospitalar. Essa abrangência regional aumenta de forma significativa o fluxo de atendimentos e a complexidade operacional do hospital, exigindo equipes completas, treinadas e com capacidade de absorver uma demanda ampliada e muitas vezes imprevisível.

2.4. Da mesma forma, as Unidades de Atenção Básica dependem da presença contínua de profissionais habilitados para execução das ações de atenção primária, vigilância em saúde, programas materno-infantis e acompanhamento de pacientes crônicos, todos serviços essenciais à manutenção dos indicadores municipais de saúde. A ausência de profissionais ou falhas na composição das equipes impactam diretamente o desempenho dos programas federais, o financiamento das ações de saúde e, sobretudo, a qualidade da atenção prestada à população.

2.5. Diante desses fatores, a contratação de empresa especializada revela-se a solução mais eficiente e segura para garantir a regularidade dos serviços, otimizar a gestão das equipes, ampliar a capacidade de resposta do sistema de saúde e assegurar atendimento humanizado, adequado e contínuo à população. A medida está plenamente alinhada com o interesse público, com a realidade regional da assistência em saúde e com a necessidade de manter o funcionamento pleno e integrado da rede municipal de saúde de Benjamin Constant/AM.

3. NATUREZA DO OBJETO

3.1. O objeto deste Termo de Referência consiste na contratação de empresa para disponibilização de pessoal especializado para execução de serviços, cuja natureza é predominantemente intelectual e operacional, permitindo a definição de critérios objetivos de desempenho, assiduidade e qualidade na execução das atividades. Tais parâmetros possibilitam o acompanhamento e a fiscalização pela Administração, assegurando que os serviços sejam prestados conforme os padrões técnicos e administrativos estabelecidos.

3.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência possuem natureza contínua e essencial, sendo executados de forma sucessiva, parcelada e sob demanda, mediante convocações periódicas das empresas credenciadas para cobertura de plantões, conforme a necessidade da rede municipal de saúde.

3.3. O credenciamento não gera obrigação de contratação mínima ou imediata, constituindo mera habilitação para futuras convocações durante sua vigência.

4. DA CONVOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PLANTÕES - ORDEM CRONOLÓGICA

4.1. Ordem de Convocação

4.1.1. A convocação das pessoas jurídicas credenciadas para a execução dos plantões observará exclusivamente a ordem cronológica de credenciamento, considerada a data de deferimento da habilitação, no âmbito de cada especialidade profissional e unidade de atendimento demandante.

4.2. Capacidade Operacional Declarada

4.2.1. Cada credenciada deverá informar, no ato do credenciamento, sua capacidade operacional máxima mensal de plantões, compatível com o número de profissionais disponibilizados e a carga horária ofertada, a qual será analisada e validada pela Administração.

4.3. Limite Máximo de Execução

4.3.1. A capacidade operacional validada constituirá limite máximo mensal de plantões a serem atribuídos à credenciada, não gerando direito à contratação da totalidade da demanda existente.

4.4. Forma de Distribuição

4.4.1. A distribuição dos plantões será realizada seguindo a ordem cronológica entre as credenciadas aptas, respeitados:

- I- A especialidade exigida;
- II- A unidade de atendimento;
- III- O limite de capacidade operacional mensal da credenciada.

4.5. Exaurimento da Capacidade

4.5.1. Atingido o limite mensal de plantões de uma credenciada, a Administração convocará a próxima da ordem cronológica, e assim sucessivamente, até o atendimento integral da demanda.

4.6. Evitação de Concentração Excessiva

4.6.1. Ainda que a primeira colocada na ordem cronológica possua capacidade suficiente para atender integralmente a demanda mensal estimada, a Administração poderá, de forma motivada e registrada no processo administrativo, distribuir parte dos plantões às demais credenciadas aptas, com vistas a:

- I- Garantir continuidade e segurança assistencial;
- II- Reduzir riscos de descontinuidade;
- III- Manter pluralidade de prestadores ativos.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



4.7. Situações de Exceção

4.7.1. A concentração total da demanda em uma única credenciada somente ocorrerá quando:

- I-** For a única apta para a especialidade ou unidade;
- II-** As demais não possuírem disponibilidade operacional no período; ou
- III-** Houver justificativa técnica formal da Administração.

4.8. Transparência

4.8.1. As convocações e a distribuição mensal dos plantões serão registradas em processo administrativo próprio, assegurando transparência e controle.

4.9. A empresa deverá manter quadro técnico suficiente para atendimento das demandas apresentadas pela Administração, incluindo profissionais de reserva que permitam substituir eventuais ausências e impedir descontinuidade ou prejuízo aos serviços essenciais.

4.10. Todos os profissionais disponibilizados deverão estar devidamente regularizados perante seus respectivos conselhos de classe, com inscrições ativas e sem impedimentos para o exercício da profissão, sendo obrigatória a apresentação periódica das certidões e comprovantes de regularidade sempre que solicitado pela Administração.

4.11. É responsabilidade exclusiva da empresa contratada realizar a gestão trabalhista, previdenciária e tributária de todos os profissionais disponibilizados, não havendo qualquer vínculo de emprego ou subordinação direta entre o Município de Benjamin Constant/AM e os trabalhadores designados.

4.12. Será de responsabilidade da contratada promover o imediato afastamento e substituição de qualquer profissional cuja conduta ética, técnica ou funcional seja considerada inadequada, ou que descumpra as normas deste Termo de Referência ou orientações da unidade de saúde.

4.13. A empresa contratada deverá manter comunicação permanente com a Secretaria Municipal de Saúde, indicando representante formal para tratar de assuntos operacionais, solucionar demandas, acompanhar escalas e atender notificações administrativas.

4.14. A Administração Municipal reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, podendo emitir recomendações, notificações e relatórios, cujo atendimento será obrigatório pela contratada, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

4.15. A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da legislação federal, estadual e municipal relativas ao exercício das atividades de saúde, incluindo normas sanitárias, éticas, trabalhistas e regulamentações específicas de cada categoria profissional.

4.16. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato poderá ensejar advertência, multa, suspensão temporária, impedimento de contratar com o Município e/ou descredenciamento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

4.17. Todas as informações documentais referentes aos serviços prestados, profissionais alocados, escalas executadas e registros de frequência deverão ser mantidos pela contratada pelo prazo mínimo de **5 (cinco) anos**, contados da data da execução do serviço, devendo estar prontamente disponíveis para auditoria da Administração Municipal ou dos órgãos de controle externo.

4.18. Qualquer alteração contratual deverá observar os limites, condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo vedadas modificações que impliquem características restritivas, direcionamento de contratação ou qualquer afronta ao equilíbrio da competitividade entre credenciados.

4.19. As condições ora estabelecidas serão aplicáveis durante toda a vigência do contrato, bem como em eventuais prorrogações autorizadas, devendo a contratada manter os padrões de qualidade, eficiência e continuidade exigidos pelo Município.

5. DISPONIBILIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

5.1. A empresa contratada deverá comprovar que possui em seu quadro profissionais habilitados e aptos ao início imediato das atividades, mediante comprovação de vínculo por meio de:

- I-** Contrato de Prestação de Serviços;
- II-** CTPS – Carteira de Trabalho (vínculo empregatício);
- III-** Declaração de Contratação Futura;

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

7. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.1. O presente procedimento será realizado sob a forma de credenciamento, conforme previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, possibilitando o credenciamento de todos os interessados que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.2. Por se tratar de credenciamento:

I- Não há competição entre fornecedores;

II- Não há julgamento por melhor preço ou técnica;

III- Os preços são previamente fixados pela Administração;

IV- Todos os interessados que cumprirem os requisitos serão credenciados, sem limitação de participantes;

V- O credenciamento não estabelece classificação por pontuação técnica ou experiência, servindo apenas para habilitar os interessados que atendam às exigências do edital, sendo a futura distribuição das demandas realizada conforme critérios objetivos de ordem cronológica e capacidade operacional.

8. CRITÉRIO PARA CREDENCIAMENTO

8.1. Serão credenciadas todas as empresas que atenderem cumulativamente aos seguintes requisitos:

I- Apresentar toda a documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnico-operacional, nos termos do edital/termo de referência;

II- Concordar com os valores previamente fixados pela Administração para a remuneração dos serviços;

III- Comprovar possuir profissionais em seu quadro ou demonstrar possuir profissionais aptos a serem imediatamente contratados, caso seja convocada, excetuando-se a empresa que já executa o serviço no Município, que já possui quadro funcional reconhecido;

IV- Aceitar integralmente as condições de execução, fiscalização, monitoramento e pagamento previstas neste Termo de Referência;

V- Assinar o termo de credenciamento e demais documentos exigidos pela Administração Municipal.

9. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços objeto deste credenciamento serão executados nas unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant/AM, de acordo com a necessidade administrativa e a programação definida pela própria Secretaria.

9.2. As atividades ocorrerão, de forma exemplificativa, nos seguintes locais:

I- Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus, onde os serviços serão prestados em regime de plantão de 12 (doze) horas;

II- Unidades de Atenção Básica (UAB), onde os serviços serão executados conforme a escala estabelecida;

III- Demais unidades, programas e serviços da rede municipal de saúde, inclusive setores administrativos, quando necessário para atender demanda formal da Secretaria Municipal de Saúde.

9.3. A Secretaria Municipal de Saúde definirá, por meio de escalas e ordens de serviço, o local de atuação de cada profissional disponibilizado pela empresa contratada, devendo a mesma assegurar o cumprimento integral das designações.

9.4. A Administração poderá alterar o local de execução sempre que necessário, mediante comunicação prévia à empresa contratada, resguardando-se a continuidade dos serviços e a adequada cobertura assistencial.

9.5. Os serviços deverão ser executados dentro das dependências das unidades de saúde designadas, sendo vedado o atendimento em local diverso, salvo em situações expressamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. A empresa interessada em participar do credenciamento deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

I- Ser pessoa jurídica regularmente constituída, com atividade compatível com a prestação de serviços de disponibilização de profissionais de saúde;

II- Estar regularmente inscrita nos cadastros fiscais e previdenciários, apresentando comprovação de regularidade perante:

a) Receita Federal;

b) Dívida Ativa da União;

c) FGTS;

d) Justiça do Trabalho;

III- Comprovar estar em situação regular perante as obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas à contratação e disponibilização de profissionais de saúde, quando aplicável;

IV- Apresentar declaração de que cumprirá integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança no trabalho relacionadas à equipe disponibilizada (ANEXO V);

V- Comprovar possuir capacidade operacional para disponibilizar profissionais em quantidade suficiente,

Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM

Rua Frei Ludovico, N.º 750 – Coimbra

CEP: 69.630-000 - Benjamin Constant/AM



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive para reposição em afastamentos, férias, licenças ou demandas excepcionais.

10.2. Qualificação Técnica dos Profissionais

10.2.1. A empresa deverá apresentar, para cada profissional que pretenda disponibilizar ao Município, a seguinte documentação mínima:

I- Registro profissional válido no respectivo conselho de classe (CRM, COREN ou equivalente), conforme a categoria;

II- Documento de identidade profissional atualizado;

III- Certificados de formação, especialização ou residência, quando aplicável à função que será desempenhada;

IV- Currículo atualizado, contendo histórico profissional, experiências anteriores, qualificações e demais informações pertinentes ao exercício da atividade;

V- Declaração de que o profissional está apto ao exercício da função no Município e que possui disponibilidade para atuar conforme as escalas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

VI- Os documentos acima citados deverão ser apresentados na fase de gestão contratual, no momento da indicação formal dos profissionais que atuarão na execução dos serviços, ficando a empresa responsável por garantir que todos os requisitos estejam devidamente atendidos antes do início das atividades.

10.3. Requisitos Operacionais e de Prestação dos Serviços

10.3.1. A empresa deverá atender às seguintes condições operacionais:

I- Garantir o cumprimento integral das escalas definidas pelo Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus e pelas Unidades de Atenção Básica, incluindo plantões diurnos, noturnos, finais de semana e feriados;

II- Assegurar que todos os profissionais disponibilizados estejam regularmente habilitados, com registro ativo e conduta ética compatível com as normas do respectivo conselho;

III- Manter organização administrativa e logística capaz de garantir substituições imediatas em caso de ausência, afastamento ou necessidade emergencial;

IV- Responsabilizar-se pela gestão funcional da equipe disponibilizada, incluindo:

a) pagamento de salários;

b) recolhimentos sociais;

c) cobertura de afastamentos;

d) uniformização documental dos profissionais;

V- Cumprir os protocolos e rotinas internas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como todas as normas sanitárias e regulatórias aplicáveis;

VI- Disponibilizar profissionais aptos e atualizados, garantindo que participem, quando convocados, de treinamentos, capacitações, reuniões técnicas e atualizações promovidas pelo Município.

10.3.2. Requisitos de Segurança, Ética e Conformidade

I- Os profissionais disponibilizados deverão observar rigorosamente os protocolos sanitários, as normas éticas e as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde;

II- É vedada a atuação de profissional que esteja suspenso, com registro irregular, com pendências éticas graves ou impedido de exercer a profissão;

III- A empresa será responsável por substituir, quando solicitado pela Administração, qualquer profissional que apresente conduta inadequada, desempenho insatisfatório ou descumprimento das normas internas;

IV- Todos os profissionais deverão portar identificação funcional durante os atendimentos.

10.3.3. Requisitos de Atendimento e Cobertura Assistencial

I- A empresa deverá assegurar a prestação dos serviços em todas as unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, incluindo o Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus e as Unidades de Atenção Básica;

II- A cobertura deverá contemplar escala completa, incluindo:

a) plantão médico;

b) enfermagem;

c) serviços ambulatoriais;

d) atendimento de urgência e emergência;

e) atendimentos especializados, conforme demanda;

III- Em casos de alta demanda, campanhas de saúde, surtos epidemiológicos ou situações excepcionais, a empresa deverá disponibilizar profissionais adicionais, mediante solicitação formal.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.3.4. Requisitos Relativos ao Credenciamento

I- O credenciamento terá prazo definido, sendo permitida a adesão de novas empresas somente enquanto esse prazo estiver vigente, não sendo admitidas solicitações após o seu término;

II- A empresa somente será considerada credenciada após análise e aprovação integral da documentação formal e técnica exigida;

III- O credenciamento não garante contratação imediata, mas habilita a empresa a ser convocada conforme necessidade do Município.

IV- A convocação para execução dos serviços observará a ordem cronológica de credenciamento e a capacidade operacional declarada.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. As escalas de trabalho serão elaboradas pela Secretaria Municipal de Saúde, com base na necessidade dos serviços e na demanda das unidades, devendo ser assinadas pelo credenciado e pela Secretaria para posterior publicação.

12.1.1. As empresas credenciadas deverão disponibilizar à Secretaria Municipal de Saúde a relação completa dos profissionais indicados para prestação dos serviços, contendo nome, função, carga horária prevista, local de atuação e respectivos documentos comprobatórios.

12.2. O quantitativo de escalas e plantões destinados à execução dos serviços será distribuído entre as empresas credenciadas exclusivamente conforme as regras de ordem cronológica de credenciamento e capacidade operacional mensal validada, nos termos do item 4 deste Termo de Referência, vedada a adoção de critérios subjetivos de escolha.

12.3. A remuneração ocorrerá exclusivamente na modalidade de plantão, conforme a unidade onde o serviço for prestado:

I- Unidades de Atenção Básica (UAB): pagamento por plantão de 8 (oito) horas, devidamente comprovado mediante folha de frequência assinada e validada pelo responsável da unidade;

II- Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus: pagamento por plantão de 12 (doze) horas, conforme escala previamente definida e comprovado mediante folha de frequência assinada.

Parágrafo único. Somente serão remunerados os serviços comprovadamente executados, vedado qualquer pagamento por estimativa, disponibilidade ou plantões não prestados.

12.4. Os profissionais deverão permanecer integralmente no período de sua escala, observando as normas internas de cada unidade de saúde quanto aos intervalos e horários destinados a refeições, devendo seguir rigorosamente as orientações específicas estabelecidas pela direção da unidade.

12.5. As escalas deverão ser rigorosamente cumpridas pelos profissionais disponibilizados pela empresa credenciada. O não comparecimento ou descumprimento injustificado das escalas sujeitará o credenciado às penalidades previstas no Termo de Referência e no contrato.

12.6. O atraso no cumprimento da escala deverá ser situação excepcional, sendo admitida tolerância máxima de 15 (quinze) minutos, limitada a uma ocorrência por profissional, desde que comunicada à direção da unidade com antecedência mínima de 2 (duas) horas. A ausência de comunicação implicará notificação para substituição imediata.

12.7. Solicitações de alteração de escalas deverão ser apresentadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, devidamente justificadas, contendo indicação do profissional substituto e a aceitação expressa deste.

12.8. A Direção da unidade de saúde responsável analisará a justificativa e verificará o cumprimento dos requisitos deste Termo de Referência para deliberar sobre a aceitação ou não do pedido de alteração de escala, sendo vedada qualquer intervenção que favoreça credenciado específico.

12.9. A solicitação de substituição de profissionais que não atendam aos requisitos exigidos será formalizada pela Secretaria Municipal de Saúde ao credenciado, devendo a empresa proceder à substituição imediata.

12.10. Os profissionais disponibilizados deverão observar integralmente a legislação específica de suas categorias, incluindo limites de carga horária, cumprimento ético e demais normativos aplicáveis.

12.11. A empresa deverá garantir que possui profissionais suficientes para atender adequadamente às escalas apresentadas pela Administração, assegurando continuidade, regularidade e ausência de desassistência nas unidades de saúde.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

13.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

13.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

13.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

13.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

13.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

13.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

13.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

13.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

13.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

13.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

13.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

13.20. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

13.20.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. São obrigações da Contratante:

I- Definir e informar à contratada as necessidades dos serviços, incluindo carga horária, unidades atendidas e escalas de trabalho;

II- Disponibilizar a estrutura física e os recursos existentes nas unidades de saúde necessários à execução das atividades;

III- Elaborar e validar as escalas de trabalho dos profissionais indicados pela empresa contratada;

IV- Registrar, conferir e validar a frequência dos profissionais, assegurando que somente os serviços efetivamente executados sejam remunerados;

V- Comunicar formalmente à contratadas quaisquer alterações relevantes relacionadas à execução dos serviços, inclusive ajustes de escala, substituições e mudanças de lotação;

VI- Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, anotando ocorrências e solicitando providências quando necessário;

VII- Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, anotando ocorrências e solicitando providências quando necessário;

VIII- Assegurar a observância da legislação aplicável, garantindo regularidade, transparência e pleno cumprimento dos requisitos administrativos.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I- Manter estrutura administrativa organizada e disponível para interlocução com a Secretaria Municipal de Saúde, assegurando comunicação eficiente e acompanhamento contínuo da execução contratual.

II- Indicar representante formal responsável pelo relacionamento institucional com a Administração, encarregado de receber notificações, responder solicitações e acompanhar eventuais ajustes operacionais.

III- Manter atualizados todos os seus dados cadastrais junto à Administração Municipal, incluindo endereço, e-mail, telefone, alterações societárias e documentos de regularidade jurídica e fiscal.

IV- Assegurar que qualquer informação, documento ou relatório enviado à Administração seja preciso, completo e compatível com os registros de execução, zelando pela integridade e autenticidade dos dados fornecidos.

V- Implementar mecanismos internos de controle e supervisão sobre a atuação dos profissionais, garantindo acompanhamento mínimo, suporte operacional e verificação rotineira da qualidade dos serviços prestados.

VI- Cumprir integralmente as obrigações contratuais assumidas, observando prazos, procedimentos administrativos, fluxos de comunicação e responsabilidades estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

VII- Responder por eventuais prejuízos causados ao Município em decorrência de falha operacional, omissão administrativa, erro de gestão ou fornecimento de informações incorretas, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

VIII- Preservar o patrimônio público das unidades de saúde onde houver atuação dos profissionais vinculados à empresa, orientando seus colaboradores quanto à correta utilização das instalações, equipamentos e materiais.

IX- Tratar com urbanidade, respeito e profissionalismo todos os usuários do sistema de saúde, servidores municipais e demais profissionais envolvidos na prestação dos serviços.

X- Cooperar com auditorias, fiscalizações, inspeções e verificações determinadas pela Administração Municipal ou órgãos de controle, franquear acesso às informações solicitadas e atender prontamente às recomendações emitidas.

XI- Manter sigilo institucional sobre informações obtidas durante a execução contratual, especialmente aquelas relacionadas à organização administrativa, protocolos internos e dados sensíveis de pacientes ou servidores.

XII- Adotar procedimentos de segurança e conformidade alinhados às políticas municipais de sigilo e proteção de dados, garantindo que seus profissionais também observem tais diretrizes.

XIII- Zelar pela boa imagem do serviço contratado, observando padrões mínimos de conduta, organização, responsabilidade e ética corporativa compatíveis com a natureza do atendimento público de saúde.

XIV- Cumprir todas as normas de saúde e segurança aplicáveis ao ambiente de trabalho, orientando seus profissionais sobre regras internas, fluxos e cuidados necessários para atuação segura nas unidades de saúde do Município.

XV- Cumprir efetivamente com todas as obrigações trabalhistas em relação aos profissionais contratados, inclusive no tocante as normas de saúde e segurança do trabalho e das cotas legais, sob pena de aplicação das penalidades previstas nos contratos administrativos ou instrumentos congêneres.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

XVI- Manter arquivos administrativos relativos à execução dos serviços pelo prazo legal, à disposição da Administração, assegurando organização, rastreabilidade e integridade documental.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

16.1. O pagamento devido à empresa contratada será efetuado conforme as normas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM, tendo como base o quantitativo de plantões efetivamente executados, independentemente da unidade de atuação. Nas Unidades de Atenção Básica, o pagamento será calculado de acordo com os plantões de 8 (oito) horas realizados e comprovados mediante registro de frequência validado pelo responsável da unidade e por servidor designado pela Administração, não sendo este o Ordenador de Despesas. No Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus, o pagamento será efetuado conforme os plantões de 12 (doze) horas executados, desde que atestados pelo responsável da unidade hospitalar e por servidor designado. O valor repassado à contratada corresponderá exclusivamente à quantidade de serviços prestados no período. Não haverá remuneração fixa mensal, sendo o pagamento devido exclusivamente pelos plantões efetivamente executados e atestados pela Administração.

16.2. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM, acompanhada dos seguintes documentos válidos:

I- Certidão Unificada da Fazenda Nacional (PGFN/RFB), conforme Portaria MF nº 358/2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751/2014;

II- Certidão de Regularidade com o FGTS (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal;

III- Certidões de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal;

IV- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

V- Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Tribunal de Justiça da sede da empresa.

16.3. A Nota Fiscal/Fatura somente será atestada após verificação da efetiva prestação dos serviços, com base em:

I. escala previamente publicada;

II. folha de frequência assinada;

III. confirmação da direção da unidade de saúde;

16.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ausência de documentação ou qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso até a completa regularização, sem gerar ônus adicional à Administração.

16.5. O prazo para pagamento contará a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente regularizada e atestada.

16.6. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária diretamente na conta corrente de titularidade da empresa contratada.

16.7. É vedado o pagamento à contratada que esteja irregular perante:

I. Previdência Social;

II. FGTS;

III. Justiça do Trabalho;

IV. Fazenda Pública;

16.8. A contratada deverá sanar eventuais falhas ou inconsistências apontadas pela fiscalização, estando sujeita à reapresentação dos documentos e nova verificação.

16.9. A Administração poderá compensar débitos da contratada relativos a multas contratuais ou administrativas mediante descontos nos pagamentos devidos.

16.10. Somente serão pagos serviços comprovadamente realizados. Fica vedado:

I- pagamento por estimativa;

II- pagamento por disponibilidade;

III- pagamento por escalas não executadas;

IV- pagamento por plantões parcialmente cumpridos;

16.11. O pagamento terá como base:

I- o valor unitário do plantão de 8 (oito) horas para os serviços prestados nas Unidades de Atenção Básica;

II- o valor unitário do plantão de 12 (doze) horas para os serviços prestados no Hospital Municipal.

16.12. A Administração poderá glosar parcial ou totalmente plantões quando houver:

I. ausência injustificada;

II. atraso superior à tolerância prevista;

III. falta de assinatura da frequência;

IV. descumprimento da escala;

V. substituição não autorizada;

Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM

Rua Frei Ludovico, N.º 750 – Coimbra

CEP: 69.630-000 - Benjamin Constant/AM





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

19.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME no 77, de 18 de março de 2020.

19.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

19.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

19.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

19.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

19.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta no 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

19.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

19.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

19.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

19.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

19.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

19.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

19.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

19.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME no 116, de 2021), ou de sociedade simples.

19.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei no 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

19.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não circulante); e

III. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

19.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

19.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei no 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

19.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

19.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

19.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.4.1. Para fins de habilitação no credenciamento, a interessada deverá comprovar qualificação técnica e capacidade operacional compatíveis com o objeto, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I. Capacidade Técnica da Empresa

Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, que comprove(m) a boa e regular execução de serviços compatíveis com o objeto deste Edital e do Termo de Referência, especialmente relacionados à disponibilização, gestão ou alocação de profissionais da área da saúde, em condições semelhantes de quantidade e complexidade.

a) Os atestados deverão demonstrar que a empresa possui experiência suficiente para atender às demandas operacionais, inclusive quanto à reposição de profissionais, cobertura de escalas e atendimento contínuo.

b) A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, nos termos deste Edital, implicará a inabilitação da interessada.

II. Capacidade Operacional e Gestão de Equipe

Declaração formal da empresa de que possui capacidade operacional para disponibilizar profissionais de saúde em quantidade suficiente para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive para cobertura de afastamentos, férias, licenças e demandas excepcionais, nos termos do Termo de Referência.

III. Declaração de Equipe Técnica

Declaração da empresa informando que manterá, durante toda a execução contratual, equipe profissional com habilitação compatível com as atividades previstas, responsabilizando-se pela gestão funcional dos profissionais disponibilizados, incluindo substituições imediatas sempre que necessário, conforme exigências operacionais do Município.

IV. Conformidade Profissional e Regulatória

Declaração de que todos os profissionais a serem disponibilizados possuirão registro ativo no respectivo conselho de classe, habilitação compatível com a função exercida e conduta ética regular, comprometendo-se a impedir a atuação de profissionais suspensos, impedidos ou com pendências éticas graves, conforme previsto no Termo de Referência.

V. Requerimento de Credenciamento

Requerimento de credenciamento devidamente preenchido e assinado.

20. SANÇÕES

20.1. As disposições sobre sanções se encontram pormenorizadas no Aviso de Licitação, do qual este Termo de Referência consta como anexo.

21. MEDIDAS ACAUTELADORAS

21.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

22. DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

22.1. O Contrato será regido pelas seguintes normas:

a) Pelo Código Civil Brasileiro, no tocante às relações de fornecimentos, não gerando vínculo empregatício para com a contratada ou qualquer preposto da CONTRATADA, em relação ao CONTRATANTE;

b) Pela Lei Federal nº 14.133/21, em toda a matéria não abrangida pela disposição legal referida na alínea “a” supra, especialmente direitos, obrigações e sanções.

22.2. O Fornecedor não responderá por quaisquer obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas, civis e de qualquer outra natureza, que sejam de competência da fornecedora.

23. RESPONSÁVEL PELO UNIDADE FISCALIZADORA

23.1. Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa da Sr.ª. XXXXXXXXXX.

24. FORO

24.1. Para dirimir questões oriundas do eventual ajuste firmado, será competente o foro da Comarca de

Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM

Rua Frei Ludovico, N.º 750 – Coimbra

CEP: 69.630-000 - Benjamin Constant/AM



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

BENJAMIN CONSTANT, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Benjamin Constant/AM, 31 de outubro de 2025.

JOSIVANE REIS NOGUEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Aprovo nos termos da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes.

SEMEIDE BEMERGUY PORTO
Prefeito Municipal de Benjamin Constant/AM

| DO SETOR REQUISITANTE | |
|--------------------------|------------|
| NOME | ASSINATURA |
| Aldeni Almeida Tapudima | |
| Adriano Perdão da Silva | |
| João Lopes do Nascimento | |



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO II

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO – PESSOA JURÍDICA

CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, respeitosamente, **REQUERER seu credenciamento** junto ao Município de Benjamin Constant/AM para a prestação de serviços de disponibilização de profissionais para assistência à saúde, nas seguintes especialidades:

| ITEM | PROFISSIONAIS |
|------|---------------------------------|
| 1 | Enfermeiro |
| 2 | Médico Clínico Geral |
| 3 | Médico Anestesiologista |
| 4 | Médico Ginecologista e Obstetra |
| 5 | Fisioterapeuta |
| 6 | Fonoaudiólogo |
| 7 | Cirurgião Dentista |
| 8 | Técnico em enfermagem |
| 9 | Técnico em saúde bucal |

Declara, para os devidos fins, que apresenta a documentação exigida no Edital de Credenciamento nº ____/2026, requerendo a análise e o deferimento do presente pedido, ciente de que o credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, nos termos da legislação vigente.

Local, ____ de _____ de 2026.

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

ASSINATURA



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO CONJUNTA PARA HABILITAÇÃO

À

Comissão Municipal de Contratações Públicas – CMCP

Credenciamento nº ____/2026

A empresa (**Razão Social**), inscrita no CNPJ sob nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, estabelecida à (**endereço completo**), neste ato representada por (**nome completo do representante legal, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão, endereço**), no uso de suas atribuições legais,

DECLARA, para fins de participação no Credenciamento em epígrafe e sob as penas da lei, que:

1. **Atende plenamente aos requisitos de habilitação** previstos no edital de credenciamento.
2. **Está em situação regular perante o Ministério do Trabalho**, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregando menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos da legislação vigente. () Ressalva: emprega menor, na condição de aprendiz.
3. **Recebeu o edital e está de pleno acordo com todas as condições estabelecidas para o credenciamento**, comprometendo-se a cumpri-las integralmente.
4. **Não foi declarada inidônea**, nem está suspensa ou impedida de contratar com a Administração Pública de qualquer esfera federativa, e compromete-se a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes que possam alterar sua situação.
5. **Não possui em seu quadro societário** sócio, dirigente ou responsável técnico que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais ou servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no Município, nem possui servidor público municipal em seu quadro societário, em observância aos princípios da moralidade e impessoalidade.
6. **Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social**, bem como atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63 da Lei nº 14.133/2021.
7. **As declarações e documentos apresentados são fiéis e verdadeiros**, estando ciente de que a falsidade de qualquer informação sujeitará a empresa às penalidades civis, administrativas e penais cabíveis.

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal
(Nome e função na empresa)

XXXXXX* rodapé ex.: endereço, fone, e-mail, etc... XXXXXXXX



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

À
[Órgão/Entidade Pública]

[Comissão de Contratação / Setor Responsável]

[Processo nº / Edital nº]

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, **[nome do representante]**, **[cargo]**, DECLARA, para os devidos fins, que dispõe de **peçoal técnico devidamente habilitado, qualificado e em quantidade compatível** para a execução do objeto do **Credenciamento / Chamamento Público nº _/___**, conforme exigências do edital e da legislação vigente.

Declara, ainda, que os profissionais abaixo relacionados possuem formação, experiência e habilitação legal compatíveis com as atividades a serem executadas, quando convocados pela Administração:

| ITEM | PROFISSIONAIS | QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS DISPONÍVEIS |
|------|--|---|
| 1 | Técnico em Enfermagem diurno (Hospital) | |
| 2 | Técnico em Enfermagem noturno (Hospital) | |
| 3 | Enfermeiro diurno (Hospital) | |
| 4 | Enfermeiro noturno (Hospital) | |
| 5 | Médico Clínico Geral (Hospital) | |
| 6 | Médico Anestesiologista (Hospital) | |
| 7 | Médico Ginecologista e Obstetra (Hospital) | |
| 8 | Enfermeiro diurno (Atenção Básica) | |
| 9 | Médico Clínico Geral (Atenção Básica) | |
| 10 | Fisioterapeuta (Atenção Básica) | |
| 11 | Fonoaudiólogo (Atenção Básica) | |
| 12 | Cirurgião Dentista (Atenção Básica) | |
| 13 | Técnico em enfermagem (Atenção Básica) | |
| 14 | Técnico em saúde bucal (Atenção Básica) | |

A empresa compromete-se em manter disponibilidade de profissionais com a qualificação exigida, podendo substituí-los por equivalentes, mediante prévia comunicação e autorização da Administração, quando exigido. Declara, por fim, que todas as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente de que a prestação de informações falsas sujeita a empresa às penalidades previstas em lei, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

Local e data: **[cidade/UF]**, ____ de _____ de ____.

Nome do Representante Legal

Cargo

CPF nº



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS,
FISCAIS E DE SEGURANÇA DO TRABALHO

À

[Órgão/Entidade Pública]

[Comissão de Contratação / Setor Responsável]

[Processo nº / Edital nº]

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, por intermédio de seu representante legal, **[nome completo]**, **[cargo]**, DECLARA, para os devidos fins, que **cumprirá integralmente**, durante toda a execução contratual, **todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de segurança e saúde no trabalho** relativas à equipe profissional disponibilizada para a execução do objeto do **[Concorrência/Credenciamento/Contrato nº _/ _]**.

Declara, ainda, que será de sua **exclusiva responsabilidade** o pagamento de salários, encargos sociais, contribuições previdenciárias, tributos, benefícios legais ou convencionais, seguros, indenizações, bem como a observância das normas de **segurança e medicina do trabalho**, incluindo o fornecimento e a fiscalização do uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando aplicável.

Declara, por fim, que reconhece que **não haverá qualquer vínculo empregatício** entre os profissionais alocados na execução do contrato e a Administração Pública, respondendo a empresa, de forma **integral e exclusiva**, por quaisquer demandas trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou decorrentes de acidentes de trabalho, nos termos da legislação vigente e da **Lei nº 14.133/2021**.

Local e data: **[cidade/UF]**, ____ de _____ de ____.

Nome do Representante Legal

Cargo

CPF nº

Assinatura



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL MÁXIMA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para fins de credenciamento junto ao Município de Benjamin Constant/AM, que possui capacidade operacional para disponibilizar profissionais nas seguintes condições:

| ITEM | ESPECIALIDADE (Hospital/Atenção Básica) | UND | CAPACIDADE MÁXIMA (plantões/mês) |
|------|--|--------------|----------------------------------|
| 1 | Técnico em Enfermagem diurno (Hospital) | plantões/mês | |
| 2 | Técnico em Enfermagem noturno (Hospital) | plantões/mês | |
| 3 | Enfermeiro diurno (Hospital) | plantões/mês | |
| 4 | Enfermeiro noturno (Hospital) | plantões/mês | |
| 5 | Médico Clínico Geral (Hospital) | plantões/mês | |
| 6 | Médico Anestesiologista (Hospital) | plantões/mês | |
| 7 | Médico Ginecologista e Obstetra (Hospital) | plantões/mês | |
| 8 | Enfermeiro diurno (Atenção Básica) | plantões/mês | |
| 9 | Médico Clínico Geral (Atenção Básica) | plantões/mês | |
| 10 | Fisioterapeuta (Atenção Básica) | plantões/mês | |
| 11 | Fonoaudiólogo (Atenção Básica) | plantões/mês | |
| 12 | Cirurgião Dentista (Atenção Básica) | plantões/mês | |
| 13 | Técnico em enfermagem (Atenção Básica) | plantões/mês | |
| 14 | Técnico em saúde bucal (Atenção Básica) | plantões/mês | |

Declara ainda que a capacidade informada representa o limite máximo mensal de execução, comprometendo-se a não ultrapassá-lo sem prévia autorização da Administração.

Local e data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo

CPF



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE PROFISSIONAL E REGULATÓRIA

À

[Nome do Órgão / Secretaria Municipal de Saúde]

Município de Benjamin Constant/AM

Ref.: **Credenciamento de empresas especializadas na disponibilização de profissionais para assistência à saúde**

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para fins de participação no processo de credenciamento em epígrafe, que:

1. Todos os profissionais que vierem a ser disponibilizados para a execução dos serviços objeto do credenciamento possuirão **registro ativo e regular** no respectivo conselho de classe competente (CRM, COREN ou equivalente), bem como **habilitação compatível** com a função que desempenharão;
2. Os profissionais indicados apresentarão **conduta ética regular**, inexistindo suspensão, impedimento legal, penalidade disciplinar impeditiva ou qualquer restrição que inviabilize o exercício profissional, conforme normas do respectivo conselho de classe;
3. A empresa compromete-se a **impedir a atuação** de qualquer profissional que:
 - esteja com registro profissional suspenso, cancelado ou irregular;
 - possua impedimento legal ou ético para o exercício da profissão;
 - apresente pendências éticas graves que comprometam a prestação dos serviços;
4. A empresa assume inteira responsabilidade pela **verificação prévia** da regularidade profissional, ética e legal dos profissionais disponibilizados, bem como pela **substituição imediata**, sempre que solicitado pela Administração ou quando constatada qualquer irregularidade;
5. Compromete-se, ainda, a cumprir integralmente todas as disposições previstas no **Termo de Referência**, no **Edital de Credenciamento** e na legislação aplicável à prestação de serviços de assistência à saúde.

Declara, por fim, que as informações prestadas são verdadeiras, estando ciente de que a prestação de informações falsas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Benjamin Constant/AM, ____ de _____ de _____.

Nome do Representante Legal

Cargo

Assinatura



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VIII

CONVOCAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

Ofício nº /

Benjamin Constant/AM, ____ de _____ de 2026.

À

Empresa: _____

CNPJ: _____

Assunto: Convocação para prestação de serviços – Credenciamento nº ____/2026

Prezados,

O Município de Benjamin Constant, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, considerando sua posição na ordem cronológica de credenciados e sua capacidade operacional declarada, CONVOCA essa empresa para formalização de contrato e início da prestação dos seguintes serviços:

- **Especialidade:** _____
- **Unidade de Saúde:** _____
- **Quantidade estimada mensal:** _____
- **Período de execução:** // ____ a // ____

Solicita-se manifestação no prazo de ____ dias úteis.

Atenciosamente,

Secretaria Municipal de Saúde



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO IX

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO - PESSOA JURÍDICA

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENJAMIN CONSTANT e

O **MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT**, Estado do Amazonas, pessoa jurídica e de direito público interno, inscrito no **CNPJ n.º 04.243.978/0001-35**, estabelecido à Rua Frei Ludovico, 750 – Coimbra – CEP: 69.630-000 – Benjamin Constant/AM, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SEMEIDE BERMEGUY PORTO**, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Lei Orgânica Municipal, **COM COPARTICIPAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Avenida Castelo Branco, s/n – Centro, inscrito no **CNPJ sob o n.º 12.507.101/0001-32** neste ato representado por sua gestora, a Sr.ª **JOSIVANE REIS NOGUEIRA**, doravante denominados **CREDENCIANTE** e de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no **CNPJ sob n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à **XXXXXXXXXXXXXXXX**, n.º **XXXX**, sala **XXXXX**. **XXXXXXXXXXXX**, bairro **XXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXX**, email(s): **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, telefone(s): **XXXXXXXXXX**, representado por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estado civil **XXXXXXXXXX**, portador(a) do RG n.º **XXXXXXXXXXXXXX**, CPF n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, ora denominado **CREDENCIADA**, neste ato representada por....., têm entre si justo e avençado o presente **CREDENCIAMENTO**, sujeitando-se **CREDENCIANTE** e **CREDENCIADA** às normas disciplinares da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ASSISTÊNCIA A SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM.**

1.2. São abrangidas as seguintes categorias profissionais:

- I-** Médico(a) Clínico(a) Geral;
- II-** Médico(a) Anestesiologista;
- III-** Médico(a) Ginecologista e Obstetra;
- IV-** Enfermeiro(a);
- V-** Fisioterapeuta;
- VI-** Cirurgião(ã)-dentista;
- VII-** Técnico(a) em saúde bucal;
- VIII-** Técnico(a) de Enfermagem.

1.3. Este **CREDENCIAMENTO** fica vinculado aos termos do Edital do Credenciamento n.º ____/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA HABILITAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

2.1. A **CREDENCIADA** apresentou a documentação exigida no Edital de Credenciamento n.º ____/2026, tendo sido considerada habilitada e apta, conforme análise realizada pela Comissão Permanente de Licitação/Setor competente.

2.2. O presente credenciamento não gera direito subjetivo à contratação, constituindo-se em mera expectativa de direito, condicionada à necessidade da Administração, disponibilidade orçamentária e observância dos critérios estabelecidos no edital.

2.3. A **CREDENCIADA** passará a integrar o cadastro oficial de credenciados do Município, compondo lista de ordem cronológica por especialidade e unidade de atendimento, para fins de futura convocação, respeitada sua capacidade operacional declarada e validada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1. O presente Termo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, por se tratar de serviços de natureza contínua.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONVOCAÇÃO E ORDEM DE DISTRIBUIÇÃO

4.1. A convocação das pessoas jurídicas credenciadas para futura contratação observará exclusivamente a ordem cronológica de credenciamento, considerada a data de deferimento da habilitação, no âmbito de cada especialidade e unidade de atendimento demandante.

4.2. Cada CREDENCIADA informará, no momento do credenciamento, sua capacidade operacional máxima mensal de plantões, a qual será analisada e validada pela Administração, constituindo limite máximo de execução mensal.

4.3. A distribuição dos plantões entre as credenciadas observará:

I- a especialidade exigida;

II- a unidade de atendimento;

III- o limite da capacidade operacional mensal validada da CREDENCIADA.

4.4. Atingido o limite mensal da CREDENCIADA, a Administração convocará a próxima da ordem cronológica, e assim sucessivamente, até o atendimento da demanda.

4.5. O credenciamento não gera direito à contratação da totalidade da demanda existente, nem à convocação mínima, constituindo mera expectativa de contratação conforme a necessidade do serviço.

4.6. Ainda que a primeira colocada possua capacidade suficiente para atender integralmente a demanda estimada, a Administração poderá, de forma motivada, distribuir parte dos plantões às demais credenciadas aptas, com vistas à continuidade e segurança assistencial, redução de riscos de descontinuidade e manutenção de pluralidade de prestadores.

4.7. A concentração integral da demanda em uma única credenciada somente ocorrerá quando:

I- for a única apta para a especialidade ou unidade;

II- as demais não possuírem disponibilidade operacional no período; ou

III- houver justificativa técnica formal da Administração.

4.8. As convocações realizadas e a distribuição mensal dos plantões serão registradas em processo administrativo próprio, assegurando transparência e controle.

CLÁUSULA QUINTA – DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO

5.1. O presente Termo não implica obrigação de contratação, exclusividade, vínculo empregatício ou garantia de demanda, constituindo apenas instrumento de habilitação e inclusão em cadastro.

5.2. A prestação de serviços somente ocorrerá mediante celebração de contrato administrativo específico, precedido de convocação formal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

6.1. Além das obrigações previstas no edital, na legislação vigente e nos futuros contratos, a CREDENCIADA obriga-se a:

I- Manter válidas e atualizadas todas as condições de habilitação;

II- Manter atualizados seus dados cadastrais e meios de contato;

III- Atender às convocações da Secretaria Municipal de Saúde, quando chamada;

IV- Cumprir rigorosamente as normas técnicas, éticas e legais da profissão;

V- Apresentar-se apta ao exercício da função, com registro profissional regular;

VI- Cumprir as escalas, cargas horárias e condições definidas no contrato;

VII- Respeitar as normas internas das unidades de saúde do Município.

VIII- Executar os serviços somente até o limite de sua capacidade operacional mensal validada, salvo autorização expressa da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

7.1. Compete ao CREDENCIANTE:

I- Manter atualizado o cadastro de credenciados;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- II-Convocar os credenciados conforme a necessidade do serviço, observada a ordem cronológica de credenciamento e o limite de capacidade operacional validado de cada CREDENCIADA;
III- Assegurar tratamento isonômico e impessoal;
IV- Fiscalizar a execução dos serviços, quando contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DO DESCREDENCIAMENTO

8.1. A CREDENCIADA poderá ser descredenciada:

- I- A pedido, mediante solicitação formal;
II- Por descumprimento das condições do edital ou deste Termo;
III- Por perda das condições de habilitação;
IV- Por interesse público, devidamente motivado, dando direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

9.1. Aplica-se ao presente Termo, no que couber, a Lei nº 14.133/2021, o Edital de Credenciamento nº ____/2026 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

24.14. Fica eleito o foro da Comarca de Benjamin Constant/AM para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Termo, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.15. E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo em ____ vias de igual teor e forma.

Benjamin Constant/AM, ____ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CREDENCIADO(A)

.....
EMPRESA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nºXXXXXXXXXXXXXX

NOME: XXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....
NOME DA TESTEMUNHA

CPF n.º

.....
NOME DA TESTEMUNHA

CPF n.º



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA

CONTRATO Nº XXXX/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT, COM COPARTICIPAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT**, Estado do Amazonas, pessoa jurídica e de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º **04.243.978/0001-35**, estabelecido à Rua Frei Ludovico, 750 – Coimbra – CEP: 69.630-000 – Benjamin Constant/AM, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SEMEIDE BERMEGUY PORTO**, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Lei Orgânica Municipal, **COM COPARTICIPAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na rua Avenida Castelo Branco, s/n – Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 12.507.101/0001-32 neste ato representado por sua gestora, a Srª. **JOSIVANE REIS NOGUEIRA**, doravante denominados **CONTRATANTE** e de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, situada à **XXXXXXXXXXXX**, nº **XXXX**, sala **XXXXX**. **XXXXXXXXXXXX**, bairro **XXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXX**, email(s): **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, telefone(s): **XXXXXXXXXX**, representado por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estado civil **XXXXXXXXXX**, portador(a) do RG nº **XXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXXXXXXXXXX**, ora denominado **CREDENCIADA (CONTRATADA)**, com base nas disposições da Lei Federal 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ASSISTÊNCIA A SAÚDE NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM.**

1.2. São abrangidas as seguintes categorias profissionais:

- I-** Médico(a) Clínico(a) Geral;
- II-** Médico(a) Anestesiologista;
- III-** Médico(a) Ginecologista e Obstetra;
- IV-** Enfermeiro(a);
- V-** Fisioterapeuta;
- VI-** Cirurgião(ã)-dentista;
- VII-** Técnico(a) em saúde bucal;
- VIII-** Técnico(a) de Enfermagem.

1.3. Este **CONTRATO** fica vinculado aos termos do Edital de Credenciamento nº XXXX/2026.

1.4. A execução dos serviços ocorrerá mediante convocações da Administração, de acordo com a necessidade do serviço, observada a ordem cronológica de credenciamento por especialidade e unidade de atendimento, bem como o limite de capacidade operacional mensal validado da CREDENCIADA, não havendo garantia de quantidade mínima de plantões ou de faturamento mensal

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. A **CREDENCIADA** deverá manter quadro técnico suficiente para atendimento das demandas apresentadas pela Administração, incluindo profissionais de reserva que permitam substituir eventuais ausências e impedir descontinuidade ou prejuízo aos serviços essenciais.

1.2. Todos os profissionais disponibilizados deverão estar devidamente regularizados perante seus respectivos conselhos de classe, com inscrições ativas e sem impedimentos para o exercício da profissão, sendo obrigatória a apresentação periódica das certidões e comprovantes de regularidade sempre que solicitado pela Administração.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1.3. É responsabilidade exclusiva da **CREDENCIADA** realizar a gestão trabalhista, previdenciária e tributária de todos os profissionais disponibilizados, não havendo qualquer vínculo de emprego ou subordinação direta entre o Município de Benjamin Constant/AM e os trabalhadores designados.

1.4. Será de responsabilidade da **CREDENCIADA** promover o imediato afastamento e substituição de qualquer profissional cuja conduta ética, técnica ou funcional seja considerada inadequada, ou que descumpra as normas deste contrato ou orientações da unidade de saúde.

1.5. A **CREDENCIADA** deverá manter comunicação permanente com a Secretaria Municipal de Saúde, indicando representante formal para tratar de assuntos operacionais, solucionar demandas, acompanhar escalas e atender notificações administrativas.

1.6. A Administração Municipal reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, podendo emitir recomendações, notificações e relatórios, cujo atendimento será obrigatório pela **CREDENCIADA**, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato.

1.7. A **CREDENCIADA** deverá cumprir integralmente as disposições da legislação federal, estadual e municipal relativas ao exercício das atividades de saúde, incluindo normas sanitárias, éticas, trabalhistas e regulamentações específicas de cada categoria profissional.

1.8. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações previstas neste contrato poderá ensejar advertência, multa, suspensão temporária, impedimento de contratar com o Município e/ou descredenciamento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

1.9. Todas as informações documentais referentes aos serviços prestados, profissionais alocados, escalas executadas e registros de frequência deverão ser mantidos pela **CREDENCIADA** pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, contados da data da execução do serviço, devendo estar prontamente disponíveis para auditoria da Administração Municipal ou dos órgãos de controle externo.

1.10. Qualquer alteração contratual deverá observar os limites, condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo vedadas modificações que impliquem características restritivas, direcionamento de contratação ou qualquer afronta ao equilíbrio da competitividade entre credenciados.

1.11. As condições ora estabelecidas serão aplicáveis durante toda a vigência do contrato, bem como em eventuais prorrogações autorizadas, devendo a **CREDENCIADA** manter os padrões de qualidade, eficiência e continuidade exigidos pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Nos termos do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, por meio de Portaria a ser expedida pelo Gabinete do Prefeito, após a homologação do processo licitatório, ficam designados como Fiscal Técnico o(a) servidor(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, matrícula nº xxxxxxxx, e como Fiscal Administrativo o(a) servidor(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, matrícula nº xxxxxxxx, ambos lotados na Secretaria Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato.

3.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **CREDENCIADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa **CREDENCIADA** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **CREDENCIADA**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Além das obrigações previstas no edital e em seus anexos, bem como na Lei nº 14.133/2021, a **FISCAL TÉCNICO** deverá cumprir:

3.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

3.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Além das obrigações previstas no edital e em seus anexos, bem como na Lei nº 14.133/2021, o **FISCAL ADMINISTRATIVO** deverá cumprir:

3.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da **CREDENCIADA**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Além das obrigações previstas no edital e em seus anexos, bem como na Lei nº 14.133/2021, o **GESTOR DO CONTRATO** deverá cumprir:

3.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da **CREDENCIADA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

3.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

Além das obrigações previstas no edital e em seus anexos, bem como na Lei nº 14.133/2021, o **CONTRATANTE** deverá cumprir:

3.21. Definir e informar à **CREDENCIADA** as necessidades dos serviços, incluindo carga horária, unidades atendidas e escalas de trabalho;

3.22. Disponibilizar a estrutura física e os recursos existentes nas unidades de saúde necessários à execução das atividades;

3.23. Elaborar e validar as escalas de trabalho dos profissionais indicados pela empresa **CREDENCIADA**;

3.24. Registrar, conferir e validar a frequência dos profissionais, assegurando que somente os serviços efetivamente executados sejam remunerados;

3.25. Comunicar formalmente à **CREDENCIADA** qualquer alteração relevante relacionada à execução dos serviços, inclusive ajustes de escala, substituições e mudanças de lotação;

3.26. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, anotando ocorrências e solicitando providências quando necessário;

3.27. Assegurar a observância da legislação aplicável, garantindo regularidade, transparência e pleno cumprimento dos requisitos administrativos.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Além das obrigações previstas no edital e em seus anexos, bem como na Lei nº 14.133/2021, a **CREDENCIADA** deverá cumprir:

3.28. A **CREDENCIADA** deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

3.29. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

3.30. A **CREDENCIADA** se obriga:

I- Manter estrutura administrativa organizada e disponível para interlocução com a Secretaria Municipal de Saúde, assegurando comunicação eficiente e acompanhamento contínuo da execução contratual.

II- Indicar representante formal responsável pelo relacionamento institucional com a Administração, encarregado de receber notificações, responder solicitações e acompanhar eventuais ajustes operacionais.

III- Manter atualizados todos os seus dados cadastrais junto à Administração Municipal, incluindo endereço, alterações societárias e demais informações relevantes, bem como os documentos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.

IV- Manter atualizados e válidos os seus meios de contato, especialmente endereço de correio eletrônico (e-mail) e número de telefone, aptos a permitir comunicação eficaz, contínua e tempestiva com a Administração, para fins de gestão, fiscalização, notificações, solicitações e demais atos administrativos.

V- A apresentação de informações de contato incorretas, desatualizadas ou inverídicas, bem como a omissão em mantê-las atualizadas, quando resultar na comprovada impossibilidade de comunicação entre a Administração e a Contratada, caracterizará descumprimento de obrigação contratual, configurando inexecução contratual, sujeitando a Contratada às penalidades previstas neste instrumento e na legislação vigente.

VI- Nessa hipótese, a Administração poderá, observados o contraditório e a ampla defesa, promover, conforme o caso, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, as medidas necessárias à regularização da situação, a fim de assegurar e facilitar a comunicação durante a execução contratual.

VII- Assegurar que qualquer informação, documento ou relatório enviado à Administração seja preciso, completo e compatível com os registros de execução, zelando pela integridade e autenticidade dos dados fornecidos.

VIII- Implementar mecanismos internos de controle e supervisão sobre a atuação dos profissionais, garantindo acompanhamento mínimo, suporte operacional e verificação rotineira da qualidade dos serviços prestados.

IX- Cumprir integralmente as obrigações contratuais assumidas, observando prazos, procedimentos administrativos, fluxos de comunicação e responsabilidades estabelecidas no contrato.

X- Responder por eventuais prejuízos causados ao Município em decorrência de falha operacional, omissão administrativa, erro de gestão ou fornecimento de informações incorretas, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

XI- Preservar o patrimônio público das unidades de saúde onde houver atuação dos profissionais vinculados à empresa, orientando seus colaboradores quanto à correta utilização das instalações, equipamentos e materiais.

XII- Tratar com urbanidade, respeito e profissionalismo todos os usuários do sistema de saúde, servidores municipais e demais profissionais envolvidos na prestação dos serviços.

XIII- Cooperar com auditorias, fiscalizações, inspeções e verificações determinadas pela Administração Municipal ou órgãos de controle, franquear acesso às informações solicitadas e atender prontamente às recomendações emitidas.

XIV- Manter sigilo institucional sobre informações obtidas durante a execução contratual, especialmente aquelas relacionadas à organização administrativa, protocolos internos e dados sensíveis de pacientes ou servidores.

XV- Adotar procedimentos de segurança e conformidade alinhados às políticas municipais de sigilo e proteção de dados, garantindo que seus profissionais também observem tais diretrizes.

XVI- Zelar pela boa imagem do serviço contratado, observando padrões mínimos de conduta, organização, responsabilidade e ética corporativa compatíveis com a natureza do atendimento público de saúde.

XVII- Cumprir todas as normas de saúde e segurança aplicáveis ao ambiente de trabalho, orientando seus profissionais sobre regras internas, fluxos e cuidados necessários para atuação segura nas unidades de saúde do Município.

XVIII- Manter arquivos administrativos relativos à execução dos serviços pelo prazo legal, à disposição da Administração, assegurando organização, rastreabilidade e integridade documental.

3.31. A Administração manterá registro administrativo das convocações realizadas e da distribuição mensal dos plantões entre as CREDENCIADAS, para fins de transparência, controle e rastreabilidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



5.1. Os serviços objeto deste credenciamento serão executados nas unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Benjamin Constant/AM, de acordo com a necessidade administrativa e a programação definida pela própria Secretaria.

5.2. As atividades ocorrerão, de forma exemplificativa, nos seguintes locais:

a) Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus, onde os serviços serão prestados em regime de plantão de 12 (doze) horas;

b) Unidades de Atenção Básica (UAB), onde os serviços serão executados conforme a escala estabelecida;

c) Demais unidades, programas e serviços da rede municipal de saúde, inclusive setores administrativos, quando necessário para atender demanda formal da Secretaria Municipal de Saúde.

5.3. A Secretaria Municipal de Saúde definirá, por meio de escalas e ordens de serviço, o local de atuação de cada profissional disponibilizado pela empresa **CREDENCIADA**, devendo a mesma assegurar o cumprimento integral das designações.

5.4. A Administração poderá alterar o local de execução sempre que necessário, mediante comunicação prévia à empresa **CREDENCIADA**, resguardando-se a continuidade dos serviços e a adequada cobertura assistencial.

5.5. Os serviços deverão ser executados dentro das dependências das unidades de saúde designadas, sendo vedado o atendimento em local diverso, salvo em situações expressamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ESCALAS E JORNADA:

5.1. As escalas de trabalho serão elaboradas pela Secretaria Municipal de Saúde, com base na necessidade dos serviços e na demanda das unidades, devendo ser assinadas pelo credenciado e pela Secretaria.

5.2. A distribuição dos plantões entre as CREDENCIADAS observará exclusivamente a ordem cronológica de credenciamento, considerada a data de deferimento da habilitação, no âmbito de cada especialidade e unidade demandante, respeitados:

I- a especialidade exigida;

II- a unidade de atendimento;

III- o limite da capacidade operacional mensal da CREDENCIADA previamente validado pela Administração.

§1º O credenciamento não gera direito à contratação da totalidade da demanda existente, nem à atribuição de quantidade mínima de plantões.

§2º Atingido o limite mensal de plantões da CREDENCIADA, a Administração convocará a próxima na ordem cronológica, e assim sucessivamente.

§3º Ainda que a primeira colocada possua capacidade para atender toda a demanda estimada, a Administração poderá, de forma motivada, distribuir parte dos plantões às demais CREDENCIADAS aptas, visando à continuidade, segurança assistencial e redução de riscos de descontinuidade.

§4º A concentração integral da demanda em uma única CREDENCIADA somente ocorrerá nas hipóteses de inexistência de outras aptas, indisponibilidade das demais ou justificativa técnica formal.

5.3. A remuneração ocorrerá exclusivamente na modalidade de plantão, conforme a unidade onde o serviço for prestado:

a) **Unidades de Atenção Básica (UAB):** pagamento por plantão de 8 (oito) horas, devidamente comprovado mediante folha de frequência assinada e validada pelo responsável da unidade;

b) **Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus:** pagamento por plantão de 12 (doze) horas, conforme escala previamente definida e comprovado mediante folha de frequência assinada.

Parágrafo único. Somente serão remunerados os serviços comprovadamente executados, vedado qualquer pagamento por estimativa, disponibilidade ou plantões não prestados.

5.4. Os profissionais deverão permanecer integralmente no período de sua escala, observando as normas internas de cada unidade de saúde quanto aos intervalos e horários destinados a refeições, devendo seguir rigorosamente as orientações específicas estabelecidas pela direção da unidade.

5.5. As escalas deverão ser rigorosamente cumpridas pelos profissionais disponibilizados pela empresa credenciada. O não comparecimento ou descumprimento injustificado das escalas sujeitará o credenciado às penalidades previstas no contrato.

5.6. O atraso no cumprimento da escala deverá ser situação excepcional, sendo admitida tolerância máxima de 15 (quinze) minutos, limitada a uma ocorrência por profissional, desde que comunicada à direção da unidade com antecedência mínima de 2 (duas) horas. A ausência de comunicação implicará notificação para substituição imediata.

5.7. Solicitações de alteração de escalas deverão ser apresentadas com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, devidamente justificadas, contendo indicação do profissional substituto e a aceitação expressa deste.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.8. A Direção da unidade de saúde responsável analisará a justificativa e verificará o cumprimento dos requisitos deste contrato para deliberar sobre a aceitação ou não do pedido de alteração de escala, sendo vedada qualquer intervenção que favoreça credenciado específico.

5.9. A solicitação de substituição de profissionais que não atendam aos requisitos exigidos será formalizada pela Secretaria Municipal de Saúde ao credenciado, devendo a empresa proceder à substituição imediata.

5.10. Os profissionais disponibilizados deverão observar integralmente a legislação específica de suas categorias, incluindo limites de carga horária, cumprimento ético e demais normativos aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1. A CREDENCIADA executará os serviços dentro do limite máximo mensal de plantões correspondente à sua capacidade operacional declarada no credenciamento e validada pela Administração.

6.2. A capacidade operacional constitui limite máximo de execução, não obrigando a Administração à contratação de sua totalidade.

6.3. A CREDENCIADA poderá solicitar revisão de sua capacidade operacional, mediante comprovação de ampliação ou redução do quadro profissional, sujeita à análise e aprovação da Administração.

6.4. A execução de plantões além do limite validado somente poderá ocorrer mediante autorização formal da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. O prazo para início dos serviços será a partir da assinatura do **CONTRATO** por um período de vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições do credenciamento e haja interesse público.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PREÇOS:

8.1. A remuneração pelos serviços prestados obedecerá aos valores fixados na planilha constante no inciso III do item 11 da cláusula oitava, que serão pagos por plantão, conforme a categoria profissional.

8.2. Os valores incluem todos os encargos, tributos, despesas operacionais e custos indiretos.

8.3. É vedada a cobrança de qualquer valor diretamente aos usuários do SUS.

8.4. É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índice de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou insumos utilizados nos **CONTRATOS** de prazo de duração igual ou superior a um ano, sendo nula, por sua vez, qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano, conforme art. 92 da Lei 14.133/21.

8.5. Caso haja reajuste de preços, os mesmos serão calculados pela tabela do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Excepcionalmente, poder-se a utilizar outros parâmetros de reajuste, desde que reflitam a variação dos custos de produção ou insumos utilizados pelos **CONTRATADOS**, respeitados os preços médios praticados na região.

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

9.1. O pagamento devido à empresa **CREDENCIADA** será efetuado conforme as normas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM, tendo como base o quantitativo de plantões efetivamente executados, dependendo da unidade de atuação. Nas Unidades de Atenção Básica, o pagamento será calculado de acordo com os plantões de 8 (oito) horas realizados e comprovados mediante registro de frequência validado pelo responsável da unidade e por servidor designado pela Administração, não sendo este o Ordenador de Despesas. No Hospital Municipal Dr. Melvino de Jesus, o pagamento será efetuado conforme os plantões de 12 (doze) horas executados, desde que atestados pelo responsável da unidade hospitalar e por servidor designado. O valor repassado à **CREDENCIADA** corresponderá exclusivamente aos serviços efetivamente executados, não sendo devido qualquer pagamento por plantões não convocados, não atribuídos ou não executados, ainda que exista demanda estimada não atendida pela **CREDENCIADA**.

9.2. Para fins de pagamento, a **CREDENCIADA** deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM, acompanhada dos seguintes documentos válidos:

I- Requerimento;

II- Ordem de Serviço;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

III- Certidão Unificada da Fazenda Nacional (PGFN/RFB), conforme Portaria MF nº 358/2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751/2014;

IV- Certidão de Regularidade com o FGTS (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal;

V- Certidões de Regularidade Fiscal Estadual e Municipal;

VI- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VII- Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Falência e Recuperação Judicial, emitida pelo Tribunal de Justiça da sede da empresa;

VIII- Relatório de atendimentos realizados;

9.3. A Nota Fiscal/Fatura somente será atestada após verificação da efetiva prestação dos serviços, com base em:

I- Escala assinada ou cumprida;

II- Folha de frequência assinada ou cumprida;

III- Atesto do fiscal do contrato;

IV- confirmação da direção da unidade de saúde;

9.4. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, ausência de documentação ou qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será suspenso até a completa regularização, sem gerar ônus adicional à Administração.

9.5. O prazo para pagamento contará a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente regularizada e atestada.

9.6. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária diretamente na conta corrente de titularidade da empresa **CREDENCIADA**.

9.7. É vedado o pagamento à **CREDENCIADA** que esteja irregular perante:

I- Previdência Social;

II- FGTS;

III- Justiça do Trabalho;

IV- Fazenda Pública.

9.8. A **CREDENCIADA** deverá sanar eventuais falhas ou inconsistências apontadas pela fiscalização, estando sujeita à reapresentação dos documentos e nova verificação.

9.9. A Administração poderá compensar débitos da **CREDENCIADA** relativos a multas contratuais ou administrativas mediante descontos nos pagamentos devidos.

9.10. Somente serão pagos serviços comprovadamente realizados. Fica vedado:

I- pagamento por estimativa;

II- pagamento por disponibilidade;

III- pagamento por escalas não executadas;

IV- pagamento por plantões parcialmente cumpridos.

9.11. O pagamento terá como base:

I- o valor unitário do plantão de 8 (oito) horas para os serviços prestados nas Unidades de Atenção Básica;

II- o valor unitário do plantão de 12 (doze) horas para os serviços prestados no Hospital Municipal.

III- Conforme planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | VALOR UNITÁRIO |
|------|--|----------------------------|----------------|
| 1 | Técnico em Enfermagem diurno (Hospital) | plantão de 12 (doze) horas | R\$ 536,67 |
| 2 | Técnico em Enfermagem noturno (Hospital) | plantão de 12 (doze) horas | R\$ 553,33 |
| 3 | Enfermeiro diurno (Hospital) | plantão de 12 (doze) horas | R\$ 659,33 |
| 4 | Enfermeiro noturno (Hospital) | plantão de 12 (doze) horas | R\$ 693,00 |
| 5 | Médico Clínico Geral (Hospital) | plantão de 12 (doze) horas | R\$ 2.683,67 |
| 6 | Médico Anestesiologista (Hospital) | plantão de 12 (doze) horas | R\$ 3.911,00 |
| 7 | Médico Ginecologista e Obstetra (Hospital) | plantão de 12 (doze) horas | R\$ 3.575,33 |
| 8 | Enfermeiro diurno (Atenção Básica) | plantão de 08 (oito) horas | R\$ 659,33 |
| 9 | Médico Clínico Geral (Atenção Básica) | plantão de 08 (oito) horas | R\$ 2.681,67 |
| 10 | Fisioterapeuta (Atenção Básica) | plantão de 08 (oito) horas | R\$ 659,33 |
| 11 | Fonoaudiólogo (Atenção Básica) | plantão de 08 (oito) horas | R\$ 659,33 |
| 12 | Cirurgião Dentista (Atenção Básica) | plantão de 08 (oito) horas | R\$ 665,00 |
| 13 | Técnico em enfermagem (Atenção Básica) | plantão de 08 (oito) horas | R\$ 536,67 |
| 14 | Técnico em saúde bucal (Atenção Básica) | plantão de 08 (oito) horas | R\$ 536,67 |



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.12. A Administração poderá glosar parcial ou totalmente plantões quando houver:

- I- ausência injustificada;
- II- atraso superior à tolerância prevista;
- III- falta de assinatura da frequência;
- IV- descumprimento da escala;
- V- substituição não autorizada.

9.13. As glosas serão aplicadas diretamente sobre o valor devido no mês da ocorrência, mediante relatório da fiscalização.

9.14. A aplicação de glosa não impede a aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

9.15. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplimento mensal, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021, desde que a nota fiscal e a documentação apresentada estejam regulares e devidamente atestadas pela fiscalização;

9.16. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à **CREDENCIADA**, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

9.17. Qualquer atraso acarretado por parte da **CREDENCIADA** na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

9.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CREDENCIADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.19. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

9.20. No pagamento do (s) serviços (s) descrito (s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviço (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

9.21. A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) OU do instrumento de aferição da qualidade da prestação do serviço, se for o caso, referentes ao mês de competência ou de meses anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Os recursos decorrentes dessa contratação estão previstos nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04.01.01 - Fundo Municipal de Saúde

Programa: 10.302.0052.2050.0000 - Média e Alta Complexidade – MAC

Programa: 10.301.0052.2048.0000 - Atenção Básica à Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 600

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E COMERCIAL:

Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM

Rua Frei Ludovico, N.º 750 – Coimbra

CEP: 69.630-000 - Benjamin Constant/AM



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



11.1. O CREDENCIADO é o único e exclusivo responsável pelas obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou instrumentos equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, pelas normas de saúde e segurança do trabalho, pelas cotas legais e por todas as demais previstas na legislação vigente, cuja inadimplência, ainda que decorrente da execução do presente contrato, não transfere, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade à CONTRATANTE, nem estabelece vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre os profissionais por ele disponibilizados e a CONTRATANTE.

11.2. O CREDENCIADO declara possuir plena ciência de que a contratação dos profissionais necessários à execução dos serviços ocorrerá **por sua conta e risco**, cabendo-lhe integralmente o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, tributária e de segurança do trabalho.

11.3. A CONTRATANTE não responderá, em nenhuma hipótese, por obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou indenizatórias relativas aos profissionais vinculados ao CREDENCIADO, ainda que haja fiscalização da execução contratual

11.4. O CREDENCIADO obriga-se a **indenizar e ressarcir integralmente a CONTRATANTE** por quaisquer condenações, despesas, multas, honorários ou encargos decorrentes de demandas judiciais ou administrativas relacionadas a vínculo trabalhista, previdenciário ou encargos de qualquer natureza.

11.5. O CREDENCIADO renuncia expressamente a qualquer alegação futura de existência de vínculo empregatício ou de responsabilidade solidária ou subsidiária da CONTRATANTE em relação aos profissionais por ele contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD:

12.1. O CREDENCIADO desempenhará os serviços com zelo, diligência, eficiência e probidade, em estrita observância à legislação vigente, devendo, ainda, respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), comprometendo-se a não divulgar, por qualquer meio, os dados pessoais a que tiver acesso em razão do presente contrato, sob pena de responder pelos danos decorrentes de sua divulgação, uso indevido, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovada ocorrência de caso fortuito ou força maior, ainda que tais fatos resultem de ação ou omissão de seus prepostos ou de quaisquer pessoas que, por sua responsabilidade, tenham acesso às referidas informações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES OPERACIONAIS E MEDIDAS CORRETIVAS:

14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a execução irregular, inadequada ou intempestiva dos serviços, **sujeitará a CONTRATADA às penalidades operacionais previstas nesta cláusula**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

14.2. Constituem penalidades e medidas operacionais aplicáveis, conforme o caso:

I- glosa total ou parcial do pagamento, correspondente aos serviços não prestados, prestados de forma irregular ou em desacordo com as condições contratadas;

II- perda do plantão, escala ou atendimento, sem direito à remuneração, nos casos de não comparecimento, abandono, atraso injustificado ou descumprimento da carga horária estabelecida;

III- substituição imediata do profissional, quando constatada inadequação técnica, conduta incompatível, descumprimento de normas da unidade de saúde ou qualquer situação que comprometa a qualidade, a segurança ou a continuidade do serviço;

IV- suspensão do encaminhamento de novos atendimentos ou escalas, até a regularização da situação.

14.3. As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas **isolada ou cumulativamente**, de acordo com a gravidade da infração, a reincidência, o dano causado ao serviço público e os antecedentes da CONTRATADA.

14.4. A aplicação das penalidades operacionais não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos eventualmente causados, nem afasta a possibilidade de rescisão contratual e/ou cancelamento do credenciamento, na forma deste instrumento.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.5. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula **não impede a instauração de processo administrativo próprio** para aplicação das sanções administrativas previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES:

15.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitará a infratora às sanções previstas no **artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, garantidos o contraditório e a ampla defesa, mediante regular processo administrativo.

15.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções administrativas:

I- advertência;

II- multa;

III- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei.

Da Multa

15.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nas seguintes modalidades:

I- Multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais, no percentual de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o **valor mensal estimado do contrato ou sobre o valor da fatura correspondente**, limitada ao teto de **10% (dez por cento)**;

II- Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do objeto, no percentual de até **10% (dez por cento)** sobre o **valor mensal estimado do contrato ou sobre o valor da parcela inadimplida**, conforme a extensão do dano causado.

Dos Critérios de Aplicação

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados, entre outros, os seguintes critérios, nos termos do §1º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021:

I- a natureza e a gravidade da infração;

II- os danos dela decorrentes para a Administração Pública;

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV- a reincidência;

V- o grau de culpabilidade da CONTRATADA.

Da Execução da Penalidade

15.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA, compensada com créditos existentes ou, não sendo possível, cobrada administrativa ou judicialmente.

15.6. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula **não exclui a obrigação de a CONTRATADA indenizar o CONTRATANTE** por eventuais prejuízos causados, diretos ou indiretos.

15.7. A aplicação de qualquer penalidade **não exime a CONTRATADA do cumprimento das demais obrigações contratuais**, nem impede a adoção das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL:

16.1. O presente contrato poderá ser **extinto, a qualquer tempo, por iniciativa da Administração**, por razões de interesse público devidamente motivadas, mediante comunicação formal à CONTRATADA, **sem que disso decorra direito a indenização**, ressalvados os valores correspondentes aos serviços já efetivamente prestados e devidamente atestados, nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O contrato poderá ser extinto por iniciativa da CONTRATADA, mediante **comunicação escrita e motivada à Administração**, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, desde que não comprometa a continuidade do serviço público e mediante anuência do CONTRATANTE.

16.3. Constituirão motivos para **extinção por inexecução contratual**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, dentre outros:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



I-o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, normas legais ou regulamentares;

II-a ausência injustificada em plantões, escalas ou atendimentos previamente autorizados;

III- a prestação de serviços em desacordo com as normas técnicas, sanitárias e protocolos da unidade ou da Secretaria Municipal de Saúde;

IV- a não substituição de profissional ausente, quando exigida;

V-a prática de ato que comprometa a qualidade, a segurança, a continuidade ou a legalidade da prestação dos serviços.

16.4. A extinção do contrato por inexecução poderá ensejar, **cumulativamente**, a aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação vigente, bem como o **cancelamento do credenciamento**, observado o devido processo legal.

16.5. O contrato poderá, ainda, ser extinto por **interesse público superveniente**, devidamente motivado, em razão de alteração de políticas públicas, reorganização administrativa, encerramento do serviço, insuficiência de demanda ou por outra razão de conveniência e oportunidade da Administração.

16.6. A extinção do contrato ocorrerá, **independentemente de indenização**, nas seguintes hipóteses, observadas as formalidades legais:

I-perda superveniente da habilitação legal, do registro profissional ou da autorização exigida para a execução dos serviços;

II-extinção, dissolução ou liquidação da pessoa jurídica;

III- superveniência de impedimento legal para contratar com a Administração Pública.

16.7. Em qualquer hipótese de extinção, a CONTRATADA fará jus **exclusivamente ao pagamento dos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados** até a data da extinção, **não assistindo direito a indenizações, lucros cessantes ou compensações de qualquer natureza.**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DESCRENCIAMENTO:

17.1. O CREDENCIADO poderá ser **descredenciado do sistema de credenciamento** da Administração, a qualquer tempo, nas hipóteses previstas neste instrumento, no edital de credenciamento e na legislação vigente.

17.2. O descredenciamento poderá ocorrer **de ofício**, por iniciativa da Administração, ou **a pedido do CREDENCIADO**, mediante comunicação formal, observadas as condições estabelecidas neste contrato.

17.3. Constituem hipóteses de **descredenciamento por infração contratual**, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

I-o descumprimento reiterado ou grave das obrigações assumidas;

II-a ausência injustificada em plantões ou escalas;

III- a recusa injustificada em atender convocações;

IV- a prestação de serviços em desacordo com as normas técnicas e protocolos da unidade;

V-a prática de ato que comprometa a qualidade, segurança, legalidade ou continuidade da prestação dos serviços;

VI- a apresentação de informações ou documentos falsos.

17.4. O descredenciamento poderá ocorrer, **independentemente de processo administrativo**, nas hipóteses de:

I-perda da habilitação legal ou do registro profissional exigido;

II-extinção da pessoa jurídica;

III- impedimento legal superveniente para contratar com a Administração.

17.5. O CREDENCIADO poderá requerer seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à Administração, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, de modo a não comprometer a continuidade do serviço público.

17.6. O descredenciamento implicará a **imediata suspensão de novas convocações e designações**, bem como a rescisão dos contratos eventualmente em vigor, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sanções cabíveis.

17.7. O descredenciamento **não exime o CREDENCIADO das responsabilidades** decorrentes de fatos ocorridos durante a vigência do contrato, nem o desobriga do cumprimento das obrigações pendentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO VINCULAÇÃO AO EDITAL:

18.1. Este contrato vincula-se ao **Edital de Credenciamento nº ___/___**, ao Termo de Referência e demais peças do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO:

Prefeitura Municipal de Benjamin Constant/AM
Rua Frei Ludovico, N.º 750 – Coimbra
CEP: 69.630-000 - Benjamin Constant/AM



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

19.1. O Contrato será regido pelas seguintes normas:

I- Pelo Código Civil Brasileiro, no tocante às relações de fornecimentos, não gerando vínculo empregatício para com a **CREDENCIADA** ou qualquer preposto da **CREDENCIADA**, em relação ao **CONTRATANTE**;

II- Pela Lei Federal nº 14.133/21, em toda a matéria não abrangida pela disposição legal referida na alínea “a” supra, especialmente direitos, obrigações e sanções.

III- O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas, civis e de qualquer outra natureza, que sejam de competência da **CREDENCIADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO:

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO:

21.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de XXXXXXXXXXXX, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente **CONTRATO** em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

XXXXXXXXXXXX - Amazonas, _de _de XXXXX.

XXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXX

Secretária Municipal de Saúde

CREDENCIADO(A)

.....
XX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....
NOME DA TESTEMUNHA

CPF n.º

.....
NOME DA TESTEMUNHA

CPF n.º